MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

SUMÁRIO DE EXPEDIENTE

Tipo de Expediente:	Ofício
Tipo de Entrega:	Eletrônica
Tipo de Protocolo:	Interno
Criador:	ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA
Prioridade:	Baixa (Normal)
Data do Expediente:	21/08/2026 13:06:06
Critério de Acesso:	Público
Resumo do Documento:	Aquisição de Certificado Digital e-CPF com Token

Código do Assunto	Descrição do Assunto
930034	Compra

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:26**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Ao Sr. Marcel de Castro Vasconcelos
Diretor de Tecnologia da Informação

Sr. Diretor, tendo em vista a elevada importância do item para as atividades meio e finalísticas do MPE/AL, segue documentação para aquisição.

Respeitosamente,

Sr. Ismaquias Farias da Silva
Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional

Expediente assinado eletronicamente por **ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA**, em 21/08/2026 13:06:06, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

A validade deste documento pode ser conferida no site https://sistemas.mpal.mp.br/ged/Administrativo/#/Expediente/ informando o número do expediente: **20.08.1330.0000279/2026-37.**

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **I - DFD**

Data de Criação: **21/08/2026 13:05:33**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Diretoria): Diretoria de Tecnologia da Informação
Responsável pela Demanda: Roberto Filipe de Almeida Coimbra
Cargo: Analista do MP
E-mail: diretoria.informatica@mpal.mp.br
Objeto: ( ) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra (**x**) Material de consumo ( ) Material permanente/equipamento

1. Objeto e quantitativos
Solicita-se a contratação de empresa para fornecimento de 300 (trezentos) certificados digitais do tipo e-CPF – padrão ICP-Brasil, modelo A3, com validade mínima de 30 meses, acompanhados de token USB novo e lacrado, abrangendo os serviços de emissão, validação (presencial ou remota), entrega, suporte técnico, gestão de ciclo de vida, reposição em caso de defeito, atualização tecnológica e cumprimento de exigências legais/ambientais, conforme Termo de Referência elaborado pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

2. Justificativa da necessidade da contratação e de seus quantitativos
• Expiração iminente dos certificados atualmente utilizados por membros e servidores do MPE-AL, indispensáveis para acesso aos sistemas judiciais

(SAJ/MP, e-SAJ, Eproc) e a sistemas federais que obrigam autenticação com e-CPF, conforme novas normativas digitais do Judiciário e demais entes;

- Adequação à legislação vigente, incluindo requisitos de validade jurídica (ICP-Brasil), segurança da informação (LGPD), rastreabilidade, sustentabilidade ambiental (PNRS) e renovação tecnológica;
- Padronização institucional e segurança: Garante o uso de dispositivos homologados, reduz riscos de fraudes e incidentes decorrentes da falta de controle centralizado;
- Dimensão dos quantitativos: O número de 300 unidades foi definido considerando o total de membros e servidores que utilizam assinaturas eletrônicas, histórico de substituições por defeito/perda e crescimento institucional previsto durante a validade contratual, permitindo flexibilização para novas nomeações ou aditivos se necessário;
- Continuidade dos serviços essenciais e do acesso eletrônico: Previne interrupções nos fluxos judiciais, administrativas e outras demandas transversais do MPAL, garantindo a atuação institucional sem prejuízos decorrentes da expiração dos certificados atuais.

3. Previsão da necessidade de início da prestação do serviço ou entrega do objeto
A maior brevidade possível.

4. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento e do responsável pela fiscalização
Marcel de Castro Vasconcelos – Diretor de Tecnologia da Informação Roberto Filipe de Almeida Coimbra – Chefe da Seção de Análise e Desenvolvimento Ismaquias Farias da Silva – Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional

Anexo 2

Descrição do Arquivo: **II - Análise de Riscos**

Data de Criação: **21/08/2026 13:05:33**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79 - Poço - CEP 57.025-400 - Maceió/AL - Fone:(82) 2122-3544/3545
E-mail: diretoria.informatica@mpal.mp.br, **CNPJ: 12.472.734.0001/52**

Anexo II – ANÁLISE DE RISCOS

1. INTRODUÇÃO

A contratação de solução para emissão e fornecimento de certificados digitais e-CPF padrão ICP-Brasil A3 com token USB para o MPAL visa fortalecer a segurança jurídica e a autenticidade dos atos praticados eletronicamente por membros e servidores. Considerando a sensibilidade dos dados, a infraestrutura tecnológica envolvida e a necessidade de cumprimento de requisitos legais e ambientais, é fundamental identificar, analisar e mitigar os principais riscos ao longo do ciclo de vida da contratação, assegurando a legitimidade dos atos, a proteção de informações, a continuidade operacional e a conformidade ambiental.

2. OBJETIVO

Apresentar visão estruturada dos riscos inerentes às fases de planejamento, contratação, implantação, operação e suporte da solução de certificados digitais, propondo planos de tratamento que garantam:

- Validade e segurança das assinaturas digitais;
- Conformidade com a legislação (ICP-Brasil, LGPD, PNRS);
- Eficiência operacional e gestão sustentável dos dispositivos;
- Continuidade dos serviços e atendimento aos usuários.

3. ESCOPO

A análise de riscos aborda todas as seguintes etapas do processo de contratação e gestão da solução:

- **Estudo de demanda e definição técnica do objeto;**
- **Seleção e contratação do fornecedor;**
- **Distribuição, implantação e validação dos certificados/tokens;**
- **Emissão, uso continuado, suporte, atualização e descarte ecológico.**

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esta análise compreende as seguintes etapas:

1. Identificação de riscos por revisão de projetos.
2. Avaliação qualitativa de probabilidade (Baixa, Média, Alta) e impacto (Baixo, Médio, Alto).
3. Priorização segundo combinação probabilidade × impacto.
4. Definição de ações preventivas e corretivas.
5. Atribuição de responsáveis por cada ação de mitigação.

5. MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCOS

A matriz a seguir detalha os riscos identificados, seus potenciais impactos, probabilidade de ocorrência, estratégias de mitigação e os responsáveis por essas ações.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79 - Poço - CEP 57.025-400 - Maceió/AL - Fone:(82) 2122-3544/3545
E-mail: diretoria.informatica@mpal.mp.br, **CNPJ: 12.472.734.0001/52**

Risco 01 – Subdimensionamento ou Superdimensionamento da Quantidade	
Dano:	Falta ou excesso de certificados/tokens; atraso na emissão ou perda de recursos.
Probabilidade	Média
Impacto:	Médio (atrasos em assinaturas ou gasto desnecessário de recursos).
Estratégia de Mitigação	Levantamento atualizado do quantitativo de usuários por área e perfil; Revisão periódica do quantitativo, possibilidade de aditivo.
Responsável	DTI

Risco 02 – Atraso na Emissão/Validação dos Certificados	
Dano:	Retardamento na entrega e início do uso, impactando cronogramas institucionais.
Probabilidade	Média
Impacto:	Médio (processos paralisados temporariamente).
Estratégia de Mitigação	Estabelecer SLA rígido em contrato para emissão e validação; Avaliar capacidade operacional do fornecedor previamente.
Responsável	Fiscal do Contrato (DTI)

Risco 03 – Falha ou Defeito no *Token*/Certificado	
Dano:	Inutilização do certificado por hardware defeituoso ou erro na emissão, levando à indisponibilidade de serviços.
Probabilidade	Médio
Impacto:	Alto (impossibilidade de assinatura, riscos judiciais).
Estratégia de Mitigação	Exigir testes de homologação e tokens certificados pelo ITI; Garantir reposição gratuita e ágil de tokens defeituosos.
Responsável	Fornecedor e Fiscal do Contrato (DTI)

Risco 04 – Vazamento, Perda ou Uso Indevido de Chave Privada	
Dano:	Comprometimento da segurança dos sistemas, riscos de fraude e quebra de sigilo.
Probabilidade	Baixa
Impacto:	Alto (sanções legais, dano reputacional).
Estratégia de Mitigação	Adotar tokens que não permitam extração de chaves e bloqueio após tentativas inválidas;

	Realizar treinamento e campanhas de segurança para usuários.
Responsável	DTI

Risco 05 – Incompatibilidade com SAJ, e-Proc e SEI	
Dano:	*Tokens*/certificados não reconhecidos por sistemas essenciais (SAJ, e-Proc, SEI, bancos).
Probabilidade	Média
Impacto:	Médio (ineficiência operacional, maior chance de erro).
Estratégia de Mitigação	Homologar e testar integração nativa via API com cada plataforma.
Responsável	DTI e Fornecedor

Risco 06 - Vazamento ou uso indevido dos dados dos titulares	
Dano:	Quebra de sigilo, infração à LGPD, danos reputacionais ou legais.
Probabilidade	Baixa
Impacto:	Alto
Estratégia de Mitigação	Exigir política de proteção de dados do fornecedor e declaração de conformidade com a LGPD;
Responsável	DTI e Fornecedor

Risco 07 - Expiração ou Falha na Renovação de Licenças	
Dano:	Bloqueio do acesso à solução, rebaixamento a funcionalidades limitadas.
Probabilidade	Média
Impacto:	Alto (interrupção de atividades, prejuízos operacionais).
Estratégia de Mitigação	1. Configurar alertas em sistema de gestão de contratos (120, 60, 30 dias). 2. Designar titular e substituto para acompanhamento de renovações.
Responsável	DTI e Fornecedor

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise é dinâmica e deve ser revisitada sempre que houver alterações contratuais, atualização de políticas de segurança, novas exigências da LGPD ou mudanças no fluxo de trabalho do MPAL. A cooperação entre DTI, Setor de Compras, Assessoria Jurídica e áreas-fins é essencial para mitigar riscos e maximizar os benefícios da solução IAG.

Anexo 3

Descrição do Arquivo: **III - ETP**

Data de Criação: **21/08/2026 13:05:33**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO III
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público
O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL) necessita contratar empresa especializada para fornecimento, suporte, manutenção evolutiva, reposição e descarte ambientalmente correto de 300 (trezentos) certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com armazenamento em token USB, validade mínima de 30 (trinta) meses. Tal demanda visa garantir a continuidade e segurança das operações digitais, integridade, autenticidade, validade jurídica dos atos e conformidade à legislação vigente, evitando interrupções no acesso a processos judiciais eletrônicos e a sistemas do Governo Federal.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração
Item consta no Plano de Contratação Anual (PCA) da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

3. Requisitos da contratação
Certificação e homologação: Os certificados digitais deverão ser do tipo e-CPF, padrão ICP-Brasil, nível A3, emitidos e armazenados em tokens USB novos, lacrados e homologados pela ICP-Brasil. Validade: Os certificados digitais deverão ter validade mínima de 30 (trinta) meses a partir da data de emissão. Token (Hardware): O token criptográfico deverá: Possuir conector USB tipo A, versão 2.0 ou superior compatível; Permitir conexão direta; Estar em conformidade com o padrão FIPS 140-2 nível 3 ou superior; Atender às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; Ter capacidade de armazenamento mínima de 64 KB; Permitir geração on-board de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits;

Ser resistente à água e à violação;

Ser compatível com ISO 7816 (partes 1, 2, 3 e 4);

Permitir criação de senha/PIN alfanumérico com mínimo de 6 caracteres e reinicialização via PUK;

Bloquear-se após 10 tentativas inválidas;

Impedir exportação da chave privada.

Compatibilidade:

O driver e o programa de gerenciamento do token devem ser fornecidos e ser compatíveis, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows 7, 10, 11 e versões superiores. Recomenda-se compatibilidade para MacOS e Linux, se demandado.

Emissão e Validação:

A empresa deve disponibilizar:

Pontos físicos de atendimento presencial para emissão/validação dos certificados em Maceió, Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia;

Atendimento remoto por videoconferência, a critério do órgão/usuário.

Sistema Online de Gerenciamento:

Sistema web para controle, agendamento, emissão e acompanhamento dos certificados sem restrição de acesso à CONTRATANTE até o término da vigência ou uso de todos os créditos (vouchers);

O sistema deverá apresentar relatórios mensais de emissões, descartes, status e pendências do contrato.

Reposição e atualização:

Reposição gratuita de tokens em caso de defeito, em até 15 (quinze) dias da notificação;

Atualizações de firmware/software e adequações técnicas aos normativos da ICP-Brasil durante toda a vigência, sem custo adicional;

Troca sem ônus em caso de exigência técnica/regulatória.

Descarte ambientalmente correto:

A empresa deverá realizar o descarte ecológico dos tokens substituídos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, apresentando a documentação de comprovação.

Suporte Técnico e SLA:

Atendimento técnico via telefone, chat, e-mail e portal do fornecedor, com:

Tempo máximo de resposta inicial: 8h úteis;

Solução definitiva de chamados não críticos em até 48h úteis;

Solução para chamados críticos em até 16h corridas.

Obrigações legais, fiscais e normativas:

Atender integralmente à Lei 14.133/2021, à LGPD, à PNRS e todas as demais normas que regem a contratação pública e a certificação digital.

Documentação e habilitação:

Apresentar os documentos exigidos no Termo de Referência e na legislação, incluindo atestado de capacidade técnica para objeto compatível.

4. Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

O quantitativo foi definido a partir do levantamento do parque atual de usuários, das projeções de aposentadorias, novas lotações e eventuais necessidades de reposição para perdas, extravios ou defeitos. A quantidade de 300 unidades cobre tanto a troca do parque existente quanto a ampliação institucional para o ciclo de 30 meses.

5. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

1. **Levantamento de Mercado – Análise das Alternativas Possíveis:**
   Para a contratação de certificados digitais do tipo e-CPF padrão ICP-Brasil A3 com armazenamento em token USB, realizou-se pesquisa de mercado com fornecedores homologados pela ICP-Brasil e consultas a portais de compras públicas. Foram observados os seguintes modelos principais de fornecimento:

1.1. Aquisição direta de certificados digitais (sem hardware): Apenas códigos de certificado digital, para uso em hardware próprio do MPAL ou fornecido de modo separado.

1.2. Aquisição de certificados digitais + locação/fornecimento de tokens: Certificados e hardware fornecidos de forma combinada, com opção de token reutilizado ou de primeiro uso.

1.3. Aquisição integrada de certificados digitais em token novo (primeiro uso), já emitidos e prontos para uso: Solução completa: certificado digital e-CPF ICP-Brasil armazenado em token USB novo/lacrado, com sistema online de gestão, suporte, emissão presencial ou remota e política de descarte ambiental dos descartados/substituídos.

1.4. Outras alternativas avaliadas:

1.4.1. Solução baseada apenas em certificado A1 (arquivo/software, sem token): considerada inadequada pela menor segurança e menor aceitação em bancos e órgãos judiciais.

1.4.2. Solução mista (contratos separados para hardware e certificados): gera alto custo operacional, maior risco de incompatibilidade e fragmentação do controle/fiscalização.

2. **Justificativa Técnica:**

2.1. A opção 1.3 (solução integrada – certificado digital ICP-Brasil do tipo A3 + token USB novo + suporte + sistema online + descarte ambiental) foi considerada a única capaz de atender com segurança e plena conformidade aos seguintes critérios institucionais:

2.1.1. Garantia de validade jurídica, alta segurança criptográfica e compatibilidade com sistemas

judiciais/federais;

2.1.2. Redução de riscos de incompatibilidade técnica, extravio, reutilização indevida ou adulteração (hardwares de primeiro uso, lacrados e homologados);

2.1.3. Facilidade na gestão das emissões, prazos, reposições e no controle das unidades remanescentes via sistema online;

2.1.4. Atendimento à legislação ambiental (PNRS) e à LGPD;

2.1.5. Suporte presencial e remoto, com pontos em todas as regiões do estado onde há atuação relevante do MPAL.

3. Justificativa Econômica:

3.1. A solução integrada propicia melhor preço global, por escala, reduz o custo unitário dos certificados/tokens, elimina a necessidade de firmas técnicas diversas e de contratações repetidas (fragmentação).

3.2. Reduz custos indiretos com deslocamentos, treinamento e suporte, graças ao modelo web e regionalizado.

3.3. Simplifica o controle fiscalizatório e minimiza custos potenciais por não conformidade ambiental.

3.4. O modelo evita despesas futuras com manutenção ou substituição fora de garantia, pois já prevê as reposições e atualizações técnicas obrigatórias durante a vigência.

O valor global orçado, de R$ 120.000,00 para 300 unidades completas (token novo lacrado homologado + certificado A3 + suporte e gestão), ficou compatível com a média dos preços praticados em compras governamentais recentes para objetos semelhantes, demonstrando economicidade e adequação à realidade do mercado.

Conclusão:
Após análise de alternativas de mercado e experiências de outros órgãos, **a contratação da solução completa integrada** é a única tecnicamente adequada e a mais vantajosa economicamente para o MPE-AL, garantindo cumprimento de todas as obrigações legais, padronização, rastreabilidade, segurança, simplificação do controle e atendimento pleno ao interesse público.

6. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte

Analisando outros contratos do mesmo objeto, foram encontrados os sequintes valores:

Fonte	Descrição	Qntd	Valor unit.	Valor total mensal	Valor total Anual
Site Certisign	Certificado e-CPF A3: no token	300	R$ 412,40	R$ 10.310,00	R$ 123.720,00
Site Soluti	KIT PF A3 - Smart Card G&D SAFESIGN SOLUTI	300	R$ 290,00	R$ 7.250,00	R$ 87.000,00
Site VCert	e-CPF A3 em token	300	R$ 439,00	R$ 10.975,00	R$ 131.700,00

O valor estimado, conforme pesquisa de mercado, é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

para o lote de 300 certificados A3 + *tokens* USB, incluindo suporte, treinamento, sistema de gerenciamento e descarte sustentável.

7. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

1. Objeto da Solução

A solução compreende a contratação de empresa especializada para fornecimento, emissão, validação, entrega, suporte técnico completo, atualização tecnológica e descarte sustentável de 300 (trezentos) certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 30 meses, armazenados em tokens USB novos, lacrados e homologados.

2. Componentes da Solução

a) Certificados Digitais e Tokens

- Certificados digitais e-CPF padrão ICP-Brasil, nível A3;
- Emissão e armazenamento exclusivamente em token USB novo, lacrado, homologado pelo ITI;
- Mínimo de 30 meses de validade;
- Capacidade mínima de 64KB, geração de chaves RSA 2048 bits on-board, imune à extração de chave privada, resistente à violação, bloqueio após 10 tentativas inválidas e suporte a padrões internacionais (FIPS 140-2 nível 3, ISO 7816).

b) Sistema de Gerenciamento e Controle

- Sistema online disponibilizado pela contratada, acessível pela Administração Pública para gerar, agendar, acompanhar, auditar, emitir relatórios mensais e gerenciar a validade e o uso dos certificados/tokens;
- Controle de quantidade disponível para emissão, datas de emissão/validade, histórico de chamados e relatórios de ocorrências e descartes.

c) Emissão e Validação

- Pontos físicos obrigatórios para emissão/validação presencial em Maceió, Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia;
- Alternativa de validação remota via videoconferência, a critério da Administração e do servidor/membro.

d) Atendimento e Suporte Técnico

- Suporte técnico ativo: por telefone, chat, e-mail e portal online do fornecedor, para todo o período de validade dos certificados;
- Atendimento inicial em até 8h úteis; solução de chamados não críticos em até 48h úteis e

de ocorrências críticas em até 16h corridas (SLA);

- Abertura e acompanhamento de chamados em dias úteis, das 8h às 18h.

e) Atualização e Manutenção

- Atualização contínua dos drivers, firmwares, aplicativos e padrões regulatórios sem custo adicional durante a vigência;
- Sempre que exigido por deliberação do ICP-Brasil ou avanço tecnológico.

f) Reposição e Garantia

- Reposição sem ônus de tokens defeituosos em até 15 dias da notificação, com fornecimento de novo dispositivo lacrado/memória nova e emissão de novo certificado sem custo adicional;
- Caso atualização regulatória/técnica exija troca de token, esta será realizada sem custo para o órgão.

3. Descarte Sustentável

Os tokens defeituosos ou obsoletos deverão ser recolhidos e encaminhados para descarte ambientalmente correto, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com fornecimento de certificado/declaração de destinação à Administração.

4. Exigências de Manutenção e Assistência Técnica

- Todo suporte técnico deve ser de responsabilidade de equipe autorizada/homologada pelo fabricante do token;
- A contratada se responsabiliza integralmente por manter os equipamentos e certificados em plena funcionalidade durante a validade;
- Em caso de anomalia, impossibilidade de correção ou incompatibilidade, a contratada deverá substituir o dispositivo no prazo SLA;
- O fornecedor garante atualização motivada por alterações técnicas e normativas do ICP-Brasil, inclusive com troca ou reemissão, se necessário;
- Todo atendimento, intervenção, troca ou suporte deverá ser registrado em relatório técnico, cuja cópia ficará sob guarda do órgão fiscalizador.

5. Relatórios, Gestão e Fiscalização

- O sistema da contratada deverá permitir ao órgão extrair relatórios mensais detalhados, com emissão, validade, descartes, ocorrências atendidas e dispositivos pendentes;
- Controle irrestrito da Administração até a expiração do último certificado.

6. Condições Gerais

- Não haverá prazo máximo para emissão dos certificados; o órgão poderá emitir conforme necessidade e cronograma próprio, usando sistema ou vouchers/tokens de acesso fornecidos sem prazo mínimo de uso;

- A contratada assume todas as obrigações fiscais, trabalhistas, operacionais, ambientais e legais decorrentes da execução do objeto, garantindo a conformidade com a LGPD e as normas de compras públicas.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

A não divisão em lotes se justifica pela necessidade de uniformidade, padronização técnica e de suporte, integração dos sistemas de controle, maior economicidade, redução de custos operacionais, além de facilitar a administração e a fiscalização do contrato, com pleno atendimento ao interesse público.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

1. Garantir aos membros e servidores do MPAL o acesso irrestrito, seguro e válido aos sistemas eletrônicos judiciais e administrativos.
2. Reduzir o risco de indisponibilidade dos serviços digitais do órgão.
3. Promover a rastreabilidade, o controle da validade dos certificados, o descarte ambientalmente correto dos dispositivos e a adequação aos requisitos de conformidade legal e de segurança da informação.
4. Prover suporte técnico efetivo e tempestivo sempre que solicitado.
5. Permitir a atualização tecnológica dos tokens ao longo da vigência contratual sem custos adicionais para a Administração.

10. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Não haverá necessidade de alteração no ambiente tecnológico do órgão para a contratação do objeto em questão.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações correlatas.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

1. Impactos Ambientais Potenciais

- A aquisição e uso de tokens criptográficos USB gera resíduos eletroeletrônicos (REEE),

classificados como resíduos perigosos segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

- Possível descarte irregular de dispositivos defeituosos ou obsoletos pode contaminar o solo e a água devido à presença de metais e componentes eletrônicos.

2. Medidas Mitigadoras e Requisitos Ambientais

a) **Logística Reversa e Destinação Ambientalmente Correta**

- Obrigação contratual de recolhimento e encaminhamento de todos os tokens substituídos ou defeituosos para empresas de reciclagem certificadas;
- Proibição expressa de descarte em lixo comum ou envio para aterros.

b) **Ciclo de Vida do Produto**

- Preferência por tokens projetados para maior durabilidade e reusabilidade após reconfiguração (quando tecnicamente viável), reduzindo resíduos ao longo do tempo;
- Atualizações e suporte para evitar obsolescência prematura, prolongando o uso dos dispositivos.

c) **Conformidade Legal**

- Atender plenamente a PNRS (Lei 12.305/2010), normas do Ministério do Meio Ambiente, diretrizes da ICP-Brasil, Instrução Normativa IBAMA nº 1/2018, e quaisquer regulamentos estaduais/municipais vigentes;

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

A realização da contratação nos moldes estabelecidos é imprescindível para a continuidade das atividades institucionais do MPE-AL, com atendimento aos princípios da legalidade, eficácia, eficiência e economicidade, bem como da LGPD e PNRS, sendo a proposta viável, vantajosa e plenamente alinhada à legislação vigente.

Anexo 4

Descrição do Arquivo: **TR**

Data de Criação: **21/08/2026 13:05:33**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de 300 (trezentos) certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, validade mínima de 30 (trinta) meses, com geração e armazenamento em token USB novo, lacrado, homologado pela ICP-Brasil, incluindo emissão, validação (presencial ou remota), entrega, suporte técnico, reposição em caso de defeito e demais obrigações, conforme este Termo de Referência;

1.2. Natureza do Objeto: Prestação de serviço de tecnologia da informação classificada como serviço comum e disponível em ampla oferta no mercado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme legislação vigente;

1.3. Vigência: Até o final do período de validade dos certificados digitais (30 meses), podendo ser prorrogado ou reequilibrado nas hipóteses legais;

1.4. Todos os atendimentos e intervenções técnicas deverão ser realizados por profissionais capacitados e autorizados pelo fabricante/homologador do token, mediante análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação se destina a garantir a continuidade, segurança, autenticidade e validade jurídica das operações eletrônicas do MiPE-AL, em observância à LGPD, às diretrizes de segurança da informação, e à política de transformação digital da instituição.

2.2. A solicitação justifica-se em virtude da vindoura expiração dos prazos dos certificados atualmente utilizados por membros do MPE-AL, necessários para acesso aos processos virtuais do Poder Judiciário do Estado de Alagoas através dos sistemas SAJ/MP, e-SAJ e Eproc, além de servidores que necessitam utilizar a ferramenta para acesso a sistemas, em especial do Governo Federal, onde seu uso se faz obrigatório.

2.3. O quantitativo proposto leva em conta reposições, crescimento institucional e possíveis contratações futuras, observando histórico dos últimos exercícios e

estimativa de expansão até o fim da vigência. O quantitativo poderá ser revisto em aditivo, conforme surgimento de novas demandas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Lote 1: Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF) padrão ICP-Brasil, tipo A3, instalados em *Token USB*:

LOTE 1			
Item	**1**	**Valor Unitário Médio**	
Quantidade	**300**	**Valor Total Médio**	
Objeto	**Certificado Digital para pessoa física (e-CPF) com Token**		

- **Caractéristicas:**
  - Padrão: ICP-Brasil;
  - Nível: A3;
  - Tipo: e-CPF
  - Validade: Mínimo de 30 (trinta) meses;
- **Os tokens criptográficos devem conter as configurações abaixo relacionadas:**
  - Deverá ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
  - Totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3;
  - Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);
  - Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
  - Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
  - Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;
  - Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits;
  - Possuir carcaça resistente à água e à violação;
  - Fornecer driver e programa de gerenciamento para o sistema operacional Microsoft Windows 7, 10, 11 e versões superiores;
  - Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4;
  - Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres;
  - Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;

- Permitir geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos;
- Permitir gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459;
- Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução;
- Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Permitir reinicialização de senha mediante utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Suportar, pelo menos, os seguintes navegadores: Microsoft Internet Explorer (versão 9.0 e superiores), Firefox (versão 35.0 e superiores) e Google Chrome (versão 42.0 e superiores);
- Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo;
- Bloquear o dispositivo após dez tentativas de autenticação com códigos inválidos;
- Bloquear a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do token;
- O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil.

- **Certificados A3:**
  - Garantir a correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período de 30 (trinta) meses para o certificado do tipo A3 contados a partir da data de emissão do certificado;
  - Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o MPE-AL;
- **Token**:
  - Garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão do certificado digital;
  - Nesse período, caso o dispositivo apresente defeito, a empresa contratada deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação feita pelo MPE-AL, troca do dispositivo defeituoso por outro novo, de primeiro uso, com, no mínimo, as mesmas características do objeto contratado contendo um certificado digital A3;

3.2 Atualização e Suporte

3.2.1. O fornecedor deverá garantir a atualização dos *drivers*, *firmware* e demais componentes sempre que requerido por alterações regulatórias ou evolução

tecnológica do ICP-Brasil, inclusive para modelos homologados superiormente ao objeto do contrato.

3.3 A eventual necessidade de troca do *token*/certificado por atualização tecnológica será sem ônus para o órgão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 **Requisitos de Habilitação**

4.1.1. Atender os requisitos de Habilitação previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

4.1.2. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa proponente em prestação de serviços pertinente e compatível ao objeto da licitação;

4.1.3. Atender as exigências deste Termo de Referência e seus anexos.

4.2 **Padrões de Atendimento**

4.2.1. Disponibilizar pontos físicos de atendimento para emissão dos certificados em Maceió, Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia;

4.2.2. Atendimento remoto via videoconferência para validação, a critério do servidor/membro;

4.2.3. Suporte técnico por telefone, chat, e-mail e portal do fabricante, com prazo de resposta máximo de 8h úteis para primeiro atendimento e de 48h para solução;

4.3 **Sistema de Gerenciamento**

4.3.1. Disponibilizar sistema online para controle (emissão, agendamento, acompanhamento, prazos, histórico de chamados). O acesso do órgão deve ser irrestrito até a expiração do último certificado;

4.3.2. Fornecimento alternativo via chaves, *vouchers* ou *tokens* de acesso, válidos por toda vigência do contrato;

4.3.3. Esses *vouchers* ou *tokens* não terão prazo de validade para serem utilizados, ficando o órgão livre para realizar as emissões de acordo com seu próprio cronograma e necessidade;

4.3.4. Deverá constar no sistema as datas de emissão e validade dos certificados digitais já emitidos, além do quantitativo de certificados digitais ainda disponíveis para futuras emissões;

4.3.5. O sistema deverá emitir relatórios mensais detalhados dos certificados emitidos, chaves/*tokens* utilizados, ocorrências, dispositivos descartados e pendências;

4.3.6. Não haverá prazo máximo para as emissões, ficando o órgão livre para realizá-las de acordo com seu próprio cronograma e necessidade;

4.4 **Sustentabilidade e Segurança**

4.4.1. Toda reposição de dispositivos defeituosos ou obsoletos será acompanhada do respectivo descarte ecológico certificado, em empresa especializada, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.4.2. A CONTRATADA deverá possuir política de proteção de dados e apresentar declaração de conformidade com a LGPD, particularmente quanto ao tratamento de informações dos titulares.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os itens constantes do grupo adjudicado deverão ser entregues, sem custos à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação no PNCP, devidamente acompanhados das respectivas Notas Fiscais, constando as especificações, as quais deverão ser atestadas por servidor designado;

5.2 Entregar, quando for o caso, juntamente ao bem/equipamento/produto, os respectivos manuais de instrução;

5.3 Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 dias úteis, mediante termo detalhado, quando será verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.4 Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificadas as exigências contratuais e especificações constantes neste Termo de Referência;

5.5 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todos os custos inerentes à prestação do objeto do contrato;

5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimentos nas modalidades telefônica e através de portal online do fabricante da solução;

5.6.1. A CONTRATADA é responsável por todas as etapas do atendimento, desde o diagnóstico até a confirmação de que a correção foi realizada com sucesso e deixar a

ferramenta em plenas condições de operação;

5.6.2. No caso de não solução da anomalia, a CONTRATADA deverá providenciar, dentro do prazo de atendimento, a troca do *token* defeituoso, com emissão de novo certificado sem custo adicional;

5.7 Os prazos para a execução dos serviços se darão de acordo com o nível de serviço estabelecido no contrato;

5.8 O acompanhamento e a avaliação da execução do objeto serão procedidos pelo Fiscal do Contrato;

5.8.1. A análise desta avaliação poderá resultar em penalidades aplicáveis à CONTRATADA;

5.9 Após quaisquer atividades, o responsável técnico da CONTRATADA deverá fornecer o respectivo relatório técnico do atendimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.1.6. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.1.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.1.8. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.1.9. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.1.10. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

6.1.11. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

6.1.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º);

6.1.12.1. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

6.1.12.2. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses

documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2. **Das obrigações da CONTRATADA**

6.2.1. Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência;

6.2.2. Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito da CONTRATANTE;

6.2.3. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;

6.2.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;

6.2.5. Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, frete e deslocamentos;

6.2.6. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;

6.2.7. Manter o endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

6.2.8. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, duvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

6.2.9. Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

6.2.10. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes,

técnicos ou quaisquer outros.

6.3. **Do Gestor do Contrato**

6.3.1. Entidade: Diretoria de Tecnologia da Informação do MPAL;

6.3.2. Função: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área, com atribuições gerenciais técnicas e operacionais;

6.3.3. Responsabilidades:

6.3.4. Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos neste Termo e no contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas, de imediato, aos seus superiores para a adoção das medidas pertinentes, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

6.3.5. Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as à unidade competente para análise e posterior pagamento;

6.3.6. Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

6.3.7. Informar as Diretorias de Programação e Orçamento e a Financeira, até 10 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou anulação de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

6.3.8. Manter sob sua guarda, cópias do Contrato em vigor e do respectivo Termo de Referência;

6.3.9. Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso.

6.4. **Do Fiscal do Contrato**

6.4.1. Entidade: A ser definida pela Área Administrativa.

6.4.2. Função: Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

6.4.3. Responsabilidades

6.4.3.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta contratação;

6.4.3.2. Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

6.4.3.3. Responder questões relativas a prorrogação de contrato, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;

6.4.3.4. Responder questões relativas a comunicação para abertura de nova licitação, antes de findo do contrato;

6.4.3.5. Responder questões relativas ao pagamento de faturas;

6.4.3.6. Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários a avaliação;

6.4.3.7. Comunicar à unidade técnica, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

6.4.3.8. Atentar para as alterações de interesse da Contratada que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução. Nas hipóteses alinhadas, cabe ao gestor juntar os pedidos no processo e informar o que for de sua alçada, encaminhando ao setor competente para análise e decisão;

6.4.3.9. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

6.4.3.10. Fiscalizar, com apoio da área técnica, o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das exigências legais e de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do contrato;

6.5. **Do Representante da CONTRATADA**

6.5.1. Entidade: Empresa Fornecedora

6.5.2. Função: Funcionário representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.5.3. Responsabilidades:

6.5.3.1. Informar à CONTRATANTE sobre problemas de quaisquer naturezas que possam impedir a entrega do serviço;

6.5.3.2. Acompanhar e manter-se atualizado quanto aos chamados técnicos de suporte e às manutenções corretivas;

6.6. **Das sanções:**

6.6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato e observando os dispositivos do Ato PGJ nº 1/2016 de 11 de janeiro de 2016, o Ministério Público do Estado de Alagoas poderá, garantida a prévia defesa da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

6.6.1.1. ADVERTÊNCIA – consistente em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das obrigações celebradas;

6.6.1.2. MULTA – a ser aplicada nos percentuais de 0,33% a 20%, de acordo com o Art. 5º do Ato PGJ nº 1/2016;

6.6.1.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado de Alagoas;

6.6.1.4. DESCREDENCIAMENTO ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Ministério Público do Estado de Alagoas;

6.6.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, subsequentes a disponibilização de acesso ao sistema *on-line* para emissões ou envio das chaves de acesso individuais, através de ordem bancária em Conta-Corrente de titularidade da empresa mediante apresentação da seguinte documentação:

7.1.1. Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

7.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;

7.1.3. Certidão Negativa de Débitos (CND) para com a Previdência Social emitida pela

Receita Federal do Brasil;

7.1.4. Certificado de Regularidade de FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.2 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida nas demais alíneas do item 7.1, implicará a sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração do MPAL, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde,

EM = Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438

7.4 Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, multa imposta pelo MPAL, se for o caso;

7.5 O aceite/aprovação do material pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

7.6 Considera-se para efeito de pagamento o dia em que o Banco efetivar o crédito na conta-corrente do Fornecedor;

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de

LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz,

e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12 Habilitação Jurídica:

8.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

8.12.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

8.12.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

8.12.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.12.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

8.12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz; OU

8.12.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.14.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); ou

8.14.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.5. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.14.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.14.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.14.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.14.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado da contratação do serviço emissão de certificados digitais é de aproximadamente R$ 120.000,00, conforme pesquisa de preços *on-line*.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual de Alagoas, inclusa no PPA – 2024-2027, no Programa de Trabalho: 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO – 00000259 – Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339040 – Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica;

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei;

10.3 Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. GENERALIDADES

11.1 O CNPJ do Ministério Público de Alagoas é 12.472.734/0001-52;

11.2 Poderá ser solicitada amostra dos produtos da licitante vencedora do certame, em quaisquer de seus itens;

11.3 A licitação objeto deste termo de referência poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 14.133/21;

11.4 Ao contrato poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro

dos limites estabelecidos na lei 14.133/21.

Maceió/AL, 07 de agosto de 2026

Marcel de Castro Vasconcelos
Diretor de Tecnologia da Informação

Ismaquias Farias da Silva
Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional

Roberto Filipe de Almeida Coimbra
Chefe da Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

ANEXO I
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

1. DEFINIÇÃO E OBJETIVO

1.1. O presente Acordo de Nível de Serviço (ANS), ou Service Level Agreement (SLA), define os parâmetros de qualidade e prazos mínimos exigidos para o fornecimento, suporte técnico, substituição, manutenção e descarte sustentável dos Certificados Digitais e-CPF (ICP-Brasil) destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL), conforme Termo de Referência.

1.2. O objetivo deste instrumento é assegurar tempestividade e qualidade na prestação dos serviços, proporcionando alta disponibilidade dos certificados, atendimento ágil, infraestrutura segura, conformidade legal/ambiental e eficiência na gestão contínua do contrato.

1.3.

2. CANAIS DE ATENDIMENTO

2.1. A CONTRATADA deverá garantir, durante toda a vigência contratual, canais eficazes para abertura e acompanhamento de chamados, acessíveis em dias úteis das 8h às 18h, compreendendo obrigatoriamente:

2.1.1. E-mail de Suporte: Endereço eletrônico oficial para registro formal das solicitações;

2.1.2. Help Desk/Telefone ou Portal Web: Meio para interação direta e acompanhamento das demandas.

3. INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO

3.1. Para mensuração da qualidade do serviço, fica estabelecido o indicador de Tempo de Solução de Chamados, definido conforme a tabela abaixo:

Indicador	Descrição	Meta/Prazo Máximo
Resposta Inicial a Chamados	Intervalo entre a abertura do chamado e o primeiro contato da equipe de suporte da CONTRATADA.	Até 8 (oito) horas úteis
Solução de	Tempo para solução definitiva de ocorrências gerais	Até 48 (quarenta e

Chamados Não Críticos	(consultas, dúvidas técnicas, problemas não impeditivos) a partir da abertura.	oito) horas úteis
Solução de Chamados Críticos	Tempo para solução definitiva de ocorrências impeditivas ao uso em sistemas judiciais/essenciais, a partir da abertura do chamado.	Até 16 (dezesseis) horas corridas
Reposição de Token com Defeito	Intervalo da notificação de problema à entrega do novo token funcional, já com certificado associado e ativado.	Até 15 (quinze) dias corridos
Disponibilidade do Sistema Online	Percentual de tempo em que o sistema de controle, agendamento e acompanhamento das emissões se mantém operacional (24x7).	99,5% ao mês
Relatórios Mensais	Entrega do relatório consolidado de emissões, descartes, chamados e status do contrato.	Até 5º dia útil do mês subsequente
Comprovante de Descarte Sustentável	Prazo para fornecimento de documentação de destinação ambientalmente correta dos tokens descartados.	Até 30 (trinta) dias da substituição

4. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E CONTAGEM DE PRAZOS

4.1. O prazo de atendimento ou solução inicia-se (Dia 0) no exato momento do registro oficial da solicitação pela CONTRATANTE em qualquer dos canais previstos.

4.2. Para o cumprimento dos prazos pactuados neste SLA, entende-se por solução:

4.2.1. Resposta técnica conclusiva;

4.2.2. Restabelecimento integral das funcionalidades do certificado digital/token;

4.2.3. Substituição, quando necessária, por novo dispositivo operacional e em conformidade com o padrão ICP-Brasil.

4.3. A contagem dos prazos pode ser suspensa ("congelada") exclusivamente nas seguintes situações:

4.3.1. Caso haja pendência de ação exclusiva da CONTRATANTE (ex: validação de nota fiscal, liberação de acesso à rede interna);

4.3.2. Por motivos de força maior, justificados e comprovados documentalmente por ambas as partes.

5. DESCUMPRIMENTO E SANÇÕES

5.1. O descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste ANEXO implicará a

aplicação de glosa proporcional ao valor da contratação, sem prejuízo de advertências, multas moratórias/compensatórias e demais sanções previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

5.2. Cada chamado, entrega ou obrigação realizada fora dos prazos/métricas previstos neste Anexo sujeitará a CONTRATADA às penalidades a seguir, cumulativas quando cabível:

5.2.1. Glosa na fatura: Desconto de até 1% do valor do contrato por indicador descumprido, por evento.

5.2.2. Multa moratória: 0,5% ao dia sobre o valor da unidade/lote afetado, limitado a 20% do total contratado.

5.2.3. Advertência: Após 3 (três) reincidências por indicador, no mesmo mês.

5.2.4. Suspensão de pagamento e rescisão: Para descumprimento reiterado, indisponibilidade superior a 48 (quarenta e oito) horas consecutivas, ou falha na entrega/descarga de tokens certificados essenciais.

5.3. A reincidência no descumprimento de SLAs por três ou mais meses consecutivos poderá ensejar rescisão contratual por justa causa, a critério do MPAL, com abertura de novo certame.

6. BASE DE CONHECIMENTO (AUTOATENDIMENTO)

6.1. O fiscal do contrato poderá solicitar, a qualquer tempo, relatórios de controle, histórico de chamados, registros de atendimento e documentos ambientais dos descartes realizados, para fins de verificação das SLAs e auditoria contratual.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**21/08/2026 13:06:06**
Origem	**SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL (ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA)**
Destino(s):	**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS)**
Resumo:	**Solicita Aquisição de Certificado Digital e-CPF**

Movimento assinado eletronicamente por **ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA**, em 21/08/2026, às 13:06, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:26**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**25/08/2026 10:49:29**
Criador:	**MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Ao Sr. Carlos Eduardo Ávila Cabral
Diretor-Geral

Sr. Diretor, ratificamos as informações prestadas pelo Sr. Ismaquias Farias da Silva - Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional, encaminhando para o seu bom andamento processual, ressaltando a elevada importância do objeto para a Instituição.

Atenciosamente,

Marcel de Castro Vasconcelos
Diretor de Tecnologia da Informação

Movimento assinado eletronicamente por **MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS***, em 25/08/2026 10:49:29, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/08/2026 10:51:41**
Origem	**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS)**
Destino(s):	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS***, em 25/08/2026, às 10:51, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:26**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**26/08/2026 04:06:35**
Criador:	**CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Trata-se de procedimento instaurado pela Diretoria de Tecnologia da Informação, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de 300 (trezentos) certificados digitais e-CPF, padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 30 (trinta) meses, acompanhados de token USB, incluindo serviços de emissão, validação, suporte e reposição.

Compulsando os autos, verifica-se que a unidade requisitante apresentou Documento de Formalização da Demanda, Análise de Riscos, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, em observância às etapas de planejamento estabelecidas pelo Ato PGJ nº 05/2024. Nos termos dos arts. 5º a 11 do referido Ato, o planejamento deve caracterizar adequadamente a necessidade, avaliar as alternativas existentes, dimensionar a contratação e subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

Todavia, antes do prosseguimento da instrução, verifica-se a necessidade de alguns ajustes nos instrumentos produzidos, a fim de assegurar sua coerência interna e adequada correspondência entre o planejamento e o futuro instrumento convocatório.

Diante disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Tecnologia da Informação, para que, na condição de unidade requisitante e responsável pelo planejamento, promova, em conjunto com a Seção de Elaboração de Editais quando pertinente, os seguintes ajustes:

I – uniformizar a classificação/natureza do objeto constante do Documento de Formalização da Demanda e do Termo de Referência, considerando que o primeiro o classifica como material de consumo, enquanto o segundo o caracteriza como serviço de tecnologia da informação;

II – apresentar memória de cálculo para o quantitativo de 300 (trezentos) certificados, demonstrando a quantidade atual de usuários, a previsão de reposições, perdas, novas lotações e demais fatores considerados para o dimensionamento;

III – esclarecer e uniformizar o modelo de execução da contratação, especialmente quanto à definição de se serão fornecidos 300 certificados já emitidos ou se serão contratadas 300 emissões a serem realizadas conforme a necessidade da Administração;

IV – adequar, em consequência, as disposições relativas à entrega, disponibilização de vouchers ou chaves, medição e pagamento, evitando incompatibilidade entre a previsão de entrega integral em 15 dias e a possibilidade de emissão dos certificados conforme

cronograma e necessidade do MPAL;

V – justificar a exigência de disponibilização de pontos físicos para emissão e validação em Maceió, Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia, avaliando, inclusive, a suficiência da validação remota prevista no próprio instrumento;

VI – reavaliar a exigência de que os profissionais responsáveis pelo atendimento sejam "autorizados pelo fabricante/homologador do token", apresentando justificativa técnica e normativa específica para sua manutenção, caso seja considerada indispensável;

VII – substituir ou adequar a previsão de solicitação de "amostra", estabelecendo, se realmente necessária, metodologia objetiva de demonstração, teste ou prova de conceito compatível com a natureza do objeto;

VIII – revisar as referências normativas constantes do Termo de Referência, especialmente a menção ao art. 49 da Lei nº 14.133/2021 para tratar da revogação da licitação, bem como a referência ao Ato PGJ nº 01/2016 na disciplina das sanções, adequando-as à legislação e regulamentação atualmente vigentes;

Após o saneamento, retornem os autos para nova apreciação, antes do encaminhamento às etapas subsequentes previstas no Ato PGJ nº 05/2024.

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 26/08/2026 04:06:35, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**26/08/2026 04:06:50**
Origem	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Destino(s):	**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 26/08/2026, às 04:06, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:26**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**26/08/2026 09:05:39**
Origem	**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS)**
Destino(s):	**SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL (ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA)**
Resumo:	**À Seção de Infraestrutura Computacional, para ciência e providências, encaminhando para o seu bom andamento processual.**

Movimento assinado eletronicamente por **MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS***, em 26/08/2026, às 09:05, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:26**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**01/09/2026 13:52:30**
Criador:	**ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA**
Resumo:	**Resposta aos ajustes solicitados**

Em resposta aos ajustes solicitados pelo Diretor-Geral, Carlos Eduardo Ávila Cabral, tem-se que:

I – uniformizar a classificação/natureza do objeto constante do Documento de Formalização da Demanda e do Termo de Referência, considerando que o primeiro o classifica como material de consumo, enquanto o segundo o caracteriza como serviço de tecnologia da informação;

RI - Foi realizado o ajuste solicitado.

II – apresentar memória de cálculo para o quantitativo de 300 (trezentos) certificados, demonstrando a quantidade atual de usuários, a previsão de reposições, perdas, novas lotações e demais fatores considerados para o dimensionamento;

RII - Em atendimento ao solicitado, informo que a última aquisição realizada contemplou 200 certificados digitais similarmente destinados ao atendimento dos membros e servidores do MPAL. No decorrer da vigência desse contrato, registrou-se a ocorrência de perdas, danos e bloqueios de tokens, totalizando aproximadamente 50 dispositivos que precisaram ser substituídos antes do vencimento, em virtude de extravio, defeito de hardware ou uso inadequado por parte dos usuários.

Destaca-se, ainda, que:

- Alguns usuários possuem mais de um certificado digital ativo, seja pela natureza de suas atribuições (acumulação de funções, uso concomitante em mais de um sistema etc.), seja por medidas de contingência operacional e agilidade nas rotinas institucionais;
- O número de novos usuários de certificado vem apresentando crescimento contínuo nos últimos exercícios;
- Consideraram-se também eventuais necessidades de reposição incremental ao longo da vigência contratual, seja por defeitos, perdas, novos servidores ou ampliação de lotação/setores atendidos.

III – esclarecer e uniformizar o modelo de execução da contratação, especialmente quanto à definição de se serão fornecidos 300 certificados já emitidos ou se serão contratadas 300 emissões a serem realizadas conforme a necessidade da Administração;

RIII - O texto foi atualizado, deixando explícito que os 300 certificados serão entregues sob demanda, em até 15 dias após a solicitação.

IV – adequar, em consequência, as disposições relativas à entrega, disponibilização de vouchers ou chaves, medição e pagamento, evitando incompatibilidade entre a previsão de entrega integral em 15 dias e a possibilidade de emissão dos certificados conforme cronograma e necessidade do MPAL;

RIV - O texto foi atualizado, deixando explícito que os 300 certificados serão entregues sob demanda, em até 15 dias após a solicitação.

V – justificar a exigência de disponibilização de pontos físicos para emissão e validação em Maceió, Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia, avaliando, inclusive, a suficiência da validação remota prevista no próprio instrumento;

RV - A necessidade de pontos físicos se dá devido ao fato de que vários usuários possuem documentos de identificação antigos, sendo necessária a verificação pessoalmente. Foram determinados 4 locais em pontos estratégicos do Estado a fim de encurtar a distância entre os usuários e o ponto físico de atendimento.

VI – reavaliar a exigência de que os profissionais responsáveis pelo atendimento sejam “autorizados pelo fabricante/homologador do token”, apresentando justificativa técnica e normativa específica para sua manutenção, caso seja considerada indispensável;

RVI - A exigência de que os profissionais responsáveis pelo atendimento e suporte sejam “autorizados pelo fabricante/homologador do token” se justifica por motivos técnicos e normativos, visando garantir a integridade, segurança e conformidade do serviço, conforme exposto:

1 - Segurança e Validade Jurídica:
Os tokens para certificados digitais ICP-Brasil são dispositivos de segurança cuja instalação, configuração, atualização de firmware e eventuais procedimentos de desbloqueio ou reinicialização exigem conhecimento e manipulação adequados, para evitar o comprometimento da chave privada ou qualquer alteração no estado do dispositivo que possa invalidar juridicamente o certificado.
2 - Manutenção da Homologação ICP-Brasil:
O padrão ICP-Brasil estabelece requisitos rígidos para geração, armazenamento e proteção das chaves criptográficas, impondo que qualquer intervenção técnica seja realizada em conformidade com normas do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação) e diretrizes dos fabricantes.

O atendimento realizado por profissional não autorizado pode invalidar a garantia de origem do dispositivo, anular suporte do fabricante e, eventualmente, descaracterizar a Adequação à Política de Segurança da ICP-Brasil.

3 - Gestão de Incidentes e Suporte:

Problemas como falha de comunicação, atualização de drivers ou de firmware, desbloqueio com PUK, e emissão de laudos de defeito são, na prática, rotina exclusiva autorizada e validada pelo fabricante/homologador. A execução de tais procedimentos por pessoa não reconhecida pode resultar em perda de garantia, suporte e rastreabilidade auditável para o órgão.

Base normativa:

Embora não haja dispositivo legal expresso exigindo tal certificação para todos os serviços, a ICP-Brasil orienta, em suas práticas e portarias, que a cadeia de custódia e o suporte técnico se deem "exclusivamente por entidades e profissionais autorizados, cadastrados ou homologados junto aos fornecedores dos dispositivos" (cf. Políticas de Segurança do ITI e manuais dos dispositivos homologados).

Assim, a manutenção da exigência busca reduzir os riscos de intervenções indevidas, garantir a manutenção da garantia e homologação dos tokens, assegurar a validade jurídica das operações e resguardar o MPAL de questionamentos futuros relativos a falha na cadeia de responsabilidade técnica. Caso o entendimento da Administração entenda por flexibilizar, sugere-se que, no mínimo, se exija declaração do fornecedor de que os profissionais designados receberam treinamento formal e possuem autorização expressa do fabricante/homologador para atendimento dos dispositivos objeto da contratação.

VII – substituir ou adequar a previsão de solicitação de "amostra", estabelecendo, se realmente necessária, metodologia objetiva de demonstração, teste ou prova de conceito compatível com a natureza do objeto;

RVII - A possibilidade de solicitação de "amostra" no Termo de Referência visa resguardar o interesse público ao permitir a verificação prévia da conformidade técnica do token ofertado com os requisitos de segurança, compatibilidade e funcionalidade exigidos para uso institucional, especialmente em sistemas críticos que demandam certificação ICP-Brasil.

Contudo, reconhecendo a orientação para adoção de critérios objetivos e metodologia compatível com a natureza do objeto, será realizada a seguinte adequação:

- Metodologia de Prova de Conceito/Teste Prático:

Caso identificada a necessidade de verificação prévia, será exigida do licitante vencedor a apresentação de exemplares dos tokens propostos para a realização de testes práticos.

Esses testes consistirão na instalação dos drivers/firmware, simulação do processo de emissão, validação do certificado em sistemas-alvo (ex:

SAJ/MP), e avaliação da integração do dispositivo ao ambiente tecnológico do MPAL.
- Avaliação com Critérios Objetivos:
O teste será acompanhado por equipe técnica designada, que emitirá relatório fundamentado sobre a conformidade, apontando eventuais incompatibilidades, falhas ou restrições. A homologação do lote definitivo ficará condicionada à aprovação no teste prático.
- Justificativa:
Tal medida se mostra necessária para mitigar o risco de aquisição de dispositivos incompatíveis com a infraestrutura do órgão, evitar prejuízos à continuidade de serviços e garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos.
Caso o teste seja aprovado, a contratação seguirá normalmente; em caso de reprovação técnica fundamentada, serão adotadas as providências contratuais e legais pertinentes à fase do certame.

VIII – revisar as referências normativas constantes do Termo de Referência, especialmente a menção ao art. 49 da Lei nº 14.133/2021 para tratar da revogação da licitação, bem como a referência ao Ato PGJ nº 01/2016 na disciplina das sanções, adequando-as à legislação e regulamentação atualmente vigentes;

RVIII - A legislação mencionada está atualizada.

Movimento assinado eletronicamente por **ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA**, em 01/09/2026 13:52:30, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**02/09/2026 10:45:45**
Criador:	**ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA**
Resumo:	**Atualização de TR e DFD**

Segue documentos atualizados

Movimento assinado eletronicamente por **ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA**, em 02/09/2026 10:45:45, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **DFD v2**

Data de Criação: **02/09/2026 10:45:46**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Diretoria): Diretoria de Tecnologia da Informação
Responsável pela Demanda: Roberto Filipe de Almeida Coimbra
Cargo: Analista do MP
E-mail: diretoria.informatica@mpal.mp.br
Objeto: ( ) Serviço não continuado (x) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Material de consumo ( ) Material permanente/equipamento

1. Objeto e quantitativos
Solicita-se a contratação de empresa para emissão de 300 (trezentos) certificados digitais do tipo e-CPF – padrão ICP-Brasil, modelo A3, com validade mínima de 30 meses, acompanhados de token USB novo e lacrado, abrangendo os serviços de emissão, validação (presencial ou remota), entrega, suporte técnico, gestão de ciclo de vida, reposição em caso de defeito, atualização tecnológica e cumprimento de exigências legais/ambientais, conforme Termo de Referência elaborado pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

2. Justificativa da necessidade da contratação e de seus quantitativos
• Expiração iminente dos certificados atualmente utilizados por membros e servidores do MPE-AL, indispensáveis para acesso aos sistemas judiciais

(SAJ/MP, e-SAJ, Eproc) e a sistemas federais que obrigam autenticação com e-CPF, conforme novas normativas digitais do Judiciário e demais entes;

- Adequação à legislação vigente, incluindo requisitos de validade jurídica (ICP-Brasil), segurança da informação (LGPD), rastreabilidade, sustentabilidade ambiental (PNRS) e renovação tecnológica;
- Padronização institucional e segurança: Garante o uso de dispositivos homologados, reduz riscos de fraudes e incidentes decorrentes da falta de controle centralizado;
- Dimensão dos quantitativos: O número de 300 unidades foi definido considerando o total de membros e servidores que utilizam assinaturas eletrônicas, histórico de substituições por defeito/perda e crescimento institucional previsto durante a validade contratual, permitindo flexibilização para novas nomeações ou aditivos se necessário;
- Continuidade dos serviços essenciais e do acesso eletrônico: Previne interrupções nos fluxos judiciais, administrativas e outras demandas transversais do MPAL, garantindo a atuação institucional sem prejuízos decorrentes da expiração dos certificados atuais.

3. Previsão da necessidade de início da prestação do serviço ou entrega do objeto

A maior brevidade possível.

4. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento e do responsável pela fiscalização

Marcel de Castro Vasconcelos – Diretor de Tecnologia da Informação
Roberto Filipe de Almeida Coimbra – Chefe da Seção de Análise e Desenvolvimento
Ismaquias Farias da Silva – Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional

Anexo 2

Descrição do Arquivo: **TR v2**

Data de Criação: **02/09/2026 10:45:46**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para emissão de 300 (trezentos) certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, cuja geração e armazenamento seja em token USB novo, lacrado, homologado pela ICP-Brasil. No serviço estão inclusos a emissão, validação (presencial ou remota), entrega, suporte técnico, reposição em caso de defeito e demais obrigações, conforme especificações deste Termo de Referência;

1.2. Natureza do Objeto: Prestação de serviço de tecnologia da informação classificada como serviço comum e disponível em ampla oferta no mercado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme legislação vigente;

1.3. Vigência: Até o final do período de validade dos certificados digitais (36 meses), podendo ser prorrogado ou reequilibrado nas hipóteses legais;

1.4. Todos os atendimentos e intervenções técnicas deverão ser realizados por profissionais capacitados e autorizados pelo fabricante/homologador do token, mediante análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação se destina a garantir a continuidade, segurança, autenticidade e validade jurídica das operações eletrônicas do MPE-AL, em observância à LGPD, às diretrizes de segurança da informação, e à política de transformação digital da instituição.

2.2. A solicitação justifica-se em virtude da vindoura expiração dos prazos dos certificados atualmente utilizados por membros do MPE-AL, necessários para acesso aos processos virtuais do Poder Judiciário do Estado de Alagoas através dos sistemas SAJ/MP, e-SAJ e Eproc, além de servidores que necessitam utilizar a ferramenta para acesso a sistemas, em especial do Governo Federal, onde seu uso se faz obrigatório.

2.3. O quantitativo proposto leva em conta reposições, crescimento institucional e possíveis contratações futuras, observando histórico dos últimos exercícios e

estimativa de expansão até o fim da vigência. O quantitativo poderá ser revisto em aditivo, conforme surgimento de novas demandas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Lote 1: Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF) padrão ICP-Brasil, tipo A3, instalados em *Token USB*:

LOTE 1			
Item	**1**	**Valor Unitário Médio**	
Quantidade	**300**	**Valor Total Médio**	
Objeto	**Certificado Digital para pessoa física (e-CPF) com Token**		

- **Caractéristicas:**
  - Padrão: ICP-Brasil;
  - Nível: A3;
  - Tipo: e-CPF
  - Validade: Mínimo de 36 meses;
- **Os tokens criptográficos devem conter as configurações abaixo relacionadas:**
  - Deverá ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
  - Totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3;
  - Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);
  - Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
  - Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
  - Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;
  - Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits;
  - Possuir carcaça resistente à água e à violação;
  - Fornecer driver e programa de gerenciamento para o sistema operacional Microsoft Windows 7, 10, 11 e versões superiores;
  - Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4;
  - Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres;
  - Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;

- Permitir geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos;
- Permitir gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459;
- Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução;
- Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Permitir reinicialização de senha mediante utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Suportar, pelo menos, os seguintes navegadores: Microsoft Internet Explorer (versão 9.0 e superiores), Firefox (versão 35.0 e superiores) e Google Chrome (versão 42.0 e superiores);
- Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo;
- Bloquear o dispositivo após dez tentativas de autenticação com códigos inválidos;
- Bloquear a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do token;
- O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil.

- **Certificados A3:**
  - Garantir a correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período de 36 meses para o certificado do tipo A3 contados a partir da data de emissão do certificado;
  - Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o MPE-AL;
- **Token**:
  - Garantia mínima de 12 meses, contado a partir da data de emissão do certificado digital;
  - Nesse período, caso o dispositivo apresente defeito, a empresa contratada deverá realizar, no prazo de 15 dias, contados da notificação feita pelo MPE-AL, troca do dispositivo defeituoso por outro novo, de primeiro uso, com, no mínimo, as mesmas características do objeto contratado contendo um certificado digital A3;

3.2 Atualização e Suporte

3.2.1. O fornecedor deverá garantir a atualização dos *drivers*, *firmware* e demais componentes sempre que requerido por alterações regulatórias ou evolução

tecnológica do ICP-Brasil, inclusive para modelos homologados superiormente ao objeto do contrato.

3.3 A eventual necessidade de troca do *token*/certificado por atualização tecnológica será sem ônus para o órgão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 **Requisitos de Habilitação**

4.1.1. Atender os requisitos de Habilitação previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

4.1.2. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa proponente em prestação de serviços pertinente e compatível ao objeto da licitação;

4.1.3. Atender as exigências deste Termo de Referência e seus anexos.

4.2 **Padrões de Atendimento**

4.2.1. Disponibilizar pontos físicos de atendimento para emissão dos certificados em Maceió, Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia;

4.2.2. Atendimento remoto via videoconferência para validação, a critério do servidor/membro;

4.2.3. Suporte técnico por telefone, chat, e-mail e portal do fabricante, com prazo de resposta máximo de 8h úteis para primeiro atendimento e de 48h para solução;

4.3 **Sistema de Gerenciamento**

4.3.1. Disponibilizar sistema online para controle (emissão, agendamento, acompanhamento, prazos, histórico de chamados). O acesso do órgão deve ser irrestrito até a expiração do último certificado;

4.3.2. Fornecimento alternativo via chaves, *vouchers* ou *tokens* de acesso, válidos por toda vigência do contrato;

4.3.3. Esses *vouchers* ou *tokens* não terão prazo de validade para serem utilizados, ficando o órgão livre para realizar as emissões de acordo com seu próprio cronograma e necessidade;

4.3.4. Deverá constar no sistema as datas de emissão e validade dos certificados digitais já emitidos, além do quantitativo de certificados digitais ainda disponíveis para futuras emissões;

4.3.5. O sistema deverá emitir relatórios mensais detalhados dos certificados emitidos, chaves/*tokens* utilizados, ocorrências, dispositivos descartados e pendências;

4.3.6. Não haverá prazo máximo para as emissões, ficando o órgão livre para realizá-las de acordo com seu próprio cronograma e necessidade;

4.4 **Sustentabilidade e Segurança**

4.4.1. Toda reposição de dispositivos defeituosos ou obsoletos será acompanhada do respectivo descarte ecológico certificado, em empresa especializada, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.4.2. A CONTRATADA deverá possuir política de proteção de dados e apresentar declaração de conformidade com a LGPD, particularmente quanto ao tratamento de informações dos titulares.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os itens constantes do grupo adjudicado deverão ser entregues sob demanda, sem custos à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação no PNCP, devidamente acompanhados das respectivas Notas Fiscais, constando as especificações, as quais deverão ser atestadas por servidor designado;

5.2 Entregar, quando for o caso, juntamente ao bem/equipamento/produto, os respectivos manuais de instrução;

5.3 Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 dias úteis, mediante termo detalhado, quando será verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.4 Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificadas as exigências contratuais e especificações constantes neste Termo de Referência;

5.5 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todos os custos inerentes à prestação do objeto do contrato;

5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimentos nas modalidades telefônica e através de portal online do fabricante da solução;

5.6.1. A CONTRATADA é responsável por todas as etapas do atendimento, desde o diagnóstico até a confirmação de que a correção foi realizada com sucesso e deixar a

ferramenta em plenas condições de operação;

5.6.2. No caso de não solução da anomalia, a CONTRATADA deverá providenciar, dentro do prazo de atendimento, a troca do *token* defeituoso, com emissão de novo certificado sem custo adicional;

5.7 Os prazos para a execução dos serviços se darão de acordo com o nível de serviço estabelecido no contrato;

5.8 O acompanhamento e a avaliação da execução do objeto serão procedidos pelo Fiscal do Contrato;

5.8.1. A análise desta avaliação poderá resultar em penalidades aplicáveis à CONTRATADA;

5.9 Após quaisquer atividades, o responsável técnico da CONTRATADA deverá fornecer o respectivo relatório técnico do atendimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.1.6. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.1.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.1.8. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.1.9. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.1.10. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

6.1.11. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

6.1.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º);

6.1.12.1. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

6.1.12.2. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses

documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2. **Das obrigações da CONTRATADA**

6.2.1. Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência;

6.2.2. Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito da CONTRATANTE;

6.2.3. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;

6.2.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;

6.2.5. Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, frete e deslocamentos;

6.2.6. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;

6.2.7. Manter o endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

6.2.8. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, duvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

6.2.9. Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

6.2.10. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes,

técnicos ou quaisquer outros.

6.3. **Do Gestor do Contrato**

6.3.1. Entidade: Diretoria de Tecnologia da Informação do MPAL;

6.3.2. Função: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área, com atribuições gerenciais técnicas e operacionais;

6.3.3. Responsabilidades:

6.3.4. Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos neste Termo e no contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas, de imediato, aos seus superiores para a adoção das medidas pertinentes, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

6.3.5. Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as à unidade competente para análise e posterior pagamento;

6.3.6. Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

6.3.7. Informar as Diretorias de Programação e Orçamento e a Financeira, até 10 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou anulação de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

6.3.8. Manter sob sua guarda, cópias do Contrato em vigor e do respectivo Termo de Referência;

6.3.9. Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso.

6.4. **Do Fiscal do Contrato**

6.4.1. Entidade: A ser definida pela Área Administrativa.

6.4.2. Função: Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

6.4.3. Responsabilidades

6.4.3.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta contratação;

6.4.3.2. Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

6.4.3.3. Responder questões relativas a prorrogação de contrato, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;

6.4.3.4. Responder questões relativas a comunicação para abertura de nova licitação, antes de findo do contrato;

6.4.3.5. Responder questões relativas ao pagamento de faturas;

6.4.3.6. Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários a avaliação;

6.4.3.7. Comunicar à unidade técnica, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

6.4.3.8. Atentar para as alterações de interesse da Contratada que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução. Nas hipóteses alinhadas, cabe ao gestor juntar os pedidos no processo e informar o que for de sua alçada, encaminhando ao setor competente para análise e decisão;

6.4.3.9. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

6.4.3.10. Fiscalizar, com apoio da área técnica, o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das exigências legais e de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do contrato;

6.5. **Do Representante da CONTRATADA**

6.5.1. Entidade: Empresa Fornecedora

6.5.2. Função: Funcionário representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.5.3. Responsabilidades:

6.5.3.1. Informar à CONTRATANTE sobre problemas de quaisquer naturezas que possam impedir a entrega do serviço;

6.5.3.2. Acompanhar e manter-se atualizado quanto aos chamados técnicos de suporte e às manutenções corretivas;

6.6. **Das sanções:**

6.6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato e observando os dispositivos do Ato PGJ nº 1/2016 de 11 de janeiro de 2016, o Ministério Público do Estado de Alagoas poderá, garantida a prévia defesa da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

6.6.1.1. ADVERTÊNCIA – consistente em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das obrigações celebradas;

6.6.1.2. MULTA – a ser aplicada nos percentuais de 0,33% a 20%, de acordo com o Art. 5º do Ato PGJ nº 1/2016;

6.6.1.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado de Alagoas;

6.6.1.4. DESCREDENCIAMENTO ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Ministério Público do Estado de Alagoas;

6.6.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, subsequentes a disponibilização de acesso ao sistema *on-line* para emissões ou envio das chaves de acesso individuais, através de ordem bancária em Conta-Corrente de titularidade da empresa mediante apresentação da seguinte documentação:

7.1.1. Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

7.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;

7.1.3. Certidão Negativa de Débitos (CND) para com a Previdência Social emitida pela

Receita Federal do Brasil;

7.1.4. Certificado de Regularidade de FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.2 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida nas demais alíneas do item 7.1, implicará a sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração do MPAL, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde,

EM = Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438

7.4 Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, multa imposta pelo MPAL, se for o caso;

7.5 O aceite/aprovação do material pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

7.6 Considera-se para efeito de pagamento o dia em que o Banco efetivar o crédito na conta-corrente do Fornecedor;

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de

LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz,

e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12 Habilitação Jurídica:

8.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

8.12.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

8.12.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

8.12.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.12.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

8.12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz; OU

8.12.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.14.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); ou

8.14.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.5. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.14.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.14.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.14.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.14.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado da contratação do serviço emissão de certificados digitais é de aproximadamente R$ 120.000,00, conforme pesquisa de preços *on-line*.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual de Alagoas, inclusa no PPA – 2024-2027, no Programa de Trabalho: 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO – 00000259 – Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339040 – Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica;

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei;

10.3 Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. GENERALIDADES

11.1 O CNPJ do Ministério Público de Alagoas é 12.472.734/0001-52;

11.2 Poderá ser solicitada amostra dos produtos da licitante vencedora do certame, em quaisquer de seus itens, para fins de testes;

11.2.1. Esses testes consistirão na instalação dos drivers/firmware, validação do certificado em sistemas-alvo (ex: SAJ/MP), e avaliação da integração do dispositivo ao ambiente tecnológico do MPAL.

11.3 A licitação objeto deste termo de referência poderá ser revogada total ou

parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 14.133/21;

11.4 Ao contrato poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 14.133/21.

Maceió/AL, 07 de agosto de 2026

Marcel de Castro Vasconcelos
Diretor de Tecnologia da Informação

Ismaquias Farias da Silva
Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional

Roberto Filipe de Almeida Coimbra
Chefe da Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

ANEXO I
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

1. DEFINIÇÃO E OBJETIVO

1.1. O presente Acordo de Nível de Serviço (ANS), ou Service Level Agreement (SLA), define os parâmetros de qualidade e prazos mínimos exigidos para o fornecimento, suporte técnico, substituição, manutenção e descarte sustentável dos Certificados Digitais e-CPF (ICP-Brasil) destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL), conforme Termo de Referência.

1.2. O objetivo deste instrumento é assegurar tempestividade e qualidade na prestação dos serviços, proporcionando alta disponibilidade dos certificados, atendimento ágil, infraestrutura segura, conformidade legal/ambiental e eficiência na gestão contínua do contrato.

1.3.

2. CANAIS DE ATENDIMENTO

2.1. A CONTRATADA deverá garantir, durante toda a vigência contratual, canais eficazes para abertura e acompanhamento de chamados, acessíveis em dias úteis das 8h às 18h, compreendendo obrigatoriamente:

2.1.1. E-mail de Suporte: Endereço eletrônico oficial para registro formal das solicitações;

2.1.2. Help Desk/Telefone ou Portal Web: Meio para interação direta e acompanhamento das demandas.

3. INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO

3.1. Para mensuração da qualidade do serviço, fica estabelecido o indicador de Tempo de Solução de Chamados, definido conforme a tabela abaixo:

Indicador	Descrição	Meta/Prazo Máximo
Resposta Inicial a Chamados	Intervalo entre a abertura do chamado e o primeiro contato da equipe de suporte da CONTRATADA.	Até 8 (oito) horas úteis
Solução de	Tempo para solução definitiva de ocorrências gerais	Até 48 (quarenta e

Chamados Não Críticos	(consultas, dúvidas técnicas, problemas não impeditivos) a partir da abertura.	oito) horas úteis
Solução de Chamados Críticos	Tempo para solução definitiva de ocorrências impeditivas ao uso em sistemas judiciais/essenciais, a partir da abertura do chamado.	Até 16 (dezesseis) horas corridas
Reposição de Token com Defeito	Intervalo da notificação de problema à entrega do novo token funcional, já com certificado associado e ativado.	Até 15 (quinze) dias corridos
Disponibilidade do Sistema Online	Percentual de tempo em que o sistema de controle, agendamento e acompanhamento das emissões se mantém operacional (24x7).	99,5% ao mês
Relatórios Mensais	Entrega do relatório consolidado de emissões, descartes, chamados e status do contrato.	Até 5º dia útil do mês subsequente
Comprovante de Descarte Sustentável	Prazo para fornecimento de documentação de destinação ambientalmente correta dos tokens descartados.	Até 30 (trinta) dias da substituição

4. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E CONTAGEM DE PRAZOS

4.1. O prazo de atendimento ou solução inicia-se (Dia 0) no exato momento do registro oficial da solicitação pela CONTRATANTE em qualquer dos canais previstos.

4.2. Para o cumprimento dos prazos pactuados neste SLA, entende-se por solução:

4.2.1. Resposta técnica conclusiva;

4.2.2. Restabelecimento integral das funcionalidades do certificado digital/token;

4.2.3. Substituição, quando necessária, por novo dispositivo operacional e em conformidade com o padrão ICP-Brasil.

4.3. A contagem dos prazos pode ser suspensa ("congelada") exclusivamente nas seguintes situações:

4.3.1. Caso haja pendência de ação exclusiva da CONTRATANTE (ex: validação de nota fiscal, liberação de acesso à rede interna);

4.3.2. Por motivos de força maior, justificados e comprovados documentalmente por ambas as partes.

5. DESCUMPRIMENTO E SANÇÕES

5.1. O descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste ANEXO implicará a

aplicação de glosa proporcional ao valor da contratação, sem prejuízo de advertências, multas moratórias/compensatórias e demais sanções previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

5.2. Cada chamado, entrega ou obrigação realizada fora dos prazos/métricas previstos neste Anexo sujeitará a CONTRATADA às penalidades a seguir, cumulativas quando cabível:

5.2.1. Glosa na fatura: Desconto de até 1% do valor do contrato por indicador descumprido, por evento.

5.2.2. Multa moratória: 0,5% ao dia sobre o valor da unidade/lote afetado, limitado a 20% do total contratado.

5.2.3. Advertência: Após 3 (três) reincidências por indicador, no mesmo mês.

5.2.4. Suspensão de pagamento e rescisão: Para descumprimento reiterado, indisponibilidade superior a 48 (quarenta e oito) horas consecutivas, ou falha na entrega/descarga de tokens certificados essenciais.

5.3. A reincidência no descumprimento de SLAs por três ou mais meses consecutivos poderá ensejar rescisão contratual por justa causa, a critério do MPAL, com abertura de novo certame.

6. BASE DE CONHECIMENTO (AUTOATENDIMENTO)

6.1. O fiscal do contrato poderá solicitar, a qualquer tempo, relatórios de controle, histórico de chamados, registros de atendimento e documentos ambientais dos descartes realizados, para fins de verificação das SLAs e auditoria contratual.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**02/09/2026 10:48:28**
Origem	**SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL (ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA)**
Destino(s):	**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **ISMAQUIAS FARIAS DA SILVA**, em 02/09/2026, às 10:48, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**02/09/2026 12:21:14**
Criador:	**MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Ao Sr. Carlos Eduardo Ávila Cabral
Diretor-Geral

Sr. Diretor, ratificamos as informações prestadas pelo Sr. Ismaquias Farias da Silva - Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional, encaminhando para o seu bom andamento processual, ressaltando a elevada importância do objeto para a Instituição.

Atenciosamente,

Marcel de Castro Vasconcelos
Diretor de Tecnologia da Informação

Movimento assinado eletronicamente por **MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS***, em 02/09/2026 12:21:14, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**02/09/2026 12:22:18**
Origem	**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS)**
Destino(s):	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS***, em 02/09/2026, às 12:22, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**03/09/2026 12:39:57**
Criador:	**CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a emissão de 300 (trezentos) certificados digitais e-CPF, padrão ICP-Brasil, tipo A3, acompanhados de token USB, destinados ao atendimento das necessidades institucionais do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Após análise da instrução, foram apontados à unidade requisitante alguns aspectos passíveis de aperfeiçoamento nos documentos de planejamento, especialmente quanto à justificativa do quantitativo, definição da natureza e do prazo de vigência da contratação, modelo de execução, exigência de atendimento presencial, requisitos relacionados à qualificação dos profissionais, eventual realização de prova de conceito, atualização das referências normativas e metodologia de estimativa de preços.

Em resposta, a Diretoria de Tecnologia da Informação apresentou versões atualizadas do DFD e do Termo de Referência, promovendo parte dos ajustes sugeridos. No DFD, houve, entre outras providências, a adequação da classificação do objeto para serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, bem como o aprimoramento da justificativa da necessidade e do quantitativo.

No Termo de Referência, foram incorporados esclarecimentos quanto à utilização dos certificados sob demanda, à metodologia de eventual teste prático dos tokens e aos requisitos técnicos do objeto.

Por outro lado, permanecem alguns pontos sem integral atendimento ou que demandam posterior uniformização, notadamente a divergência entre o prazo de validade de 30 meses indicado no DFD e o prazo de 36 meses estabelecido no TR, além de referências normativas que permanecem no documento, a exemplo da menção ao art. 49 da Lei nº 14.133/2021 e ao Ato PGJ nº 01/2016.

Registre-se, contudo, que tais aspectos não impedem, neste momento, o prosseguimento da instrução para fins de apuração do valor estimado da contratação, devendo eventual necessidade de adequação definitiva dos documentos ser observada nas etapas subsequentes.

Diante do exposto, determino o prosseguimento do procedimento, com o encaminhamento dos autos ao Setor de Compras, para realização da pesquisa de preços, considerando as especificações constantes da versão mais recente do Termo de Referência e demais

documentos de planejamento.

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 03/09/2026 12:39:57, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**03/09/2026 12:40:08**
Origem	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Destino(s):	**SETOR DE COMPRAS (DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 03/09/2026, às 12:40, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Cotação de Preços (920314)

Data do Movimento:	**15/09/2026 10:40:35**
Criador:	**DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO**
Resumo:	**Cotação de Preços (920314)**

---

1. Detalhamento e Comparativo de Propostas por Item

Abaixo apresenta-se o detalhamento das cotações obtidas nas fontes consultadas para a demanda de **300 certificados**:

1	Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física (e-CPF), conforme especificações técnicas do Termo de Referência.	300	R$ 412,40 / un. **R$ 123.720,00**	R$ 391,78 / un. **R$ 117.534,00**	R$ 439,00 / un. **R$ 131.700,00**	R$ 130,00 / un. **R$ 39.000,00**

2. Consolidação dos Valores de Mercado (Média e Mediana)

Com base na série de preços coletada, aplicaram-se as métricas estatísticas estabelecidas pelo art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 para a fixação do valor estimado da contratação para **300 certificados**:

Métrica Estatística	Valor Unitário de Referência (R$)	Quantitativo	Valor Global Estimado (R$)
Média Aritmética	R$ 343,30	300	**R$ 102.988,50**
Mediana de Mercado	R$ 402,09	300	**R$ 120.627,00**

3. Conclusão e Recomendação

A pesquisa de preços atende integralmente às exigências formais e legais. Para fins de composição do preço máximo aceitável no edital de licitação para a aquisição do lote de **300 certificados**, sugere-se a adoção do **Valor Global Médio de R$ 102.988,50 (unitário de R$ 343,30)** ou, alternativamente, do **Valor Global Mediano de R$ 120.627,00 (unitário de R$ 402,09)**, cabendo a homologação da opção mais adequada aos parâmetros orçamentários da instituição.

Movimento assinado eletronicamente por **DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO**, em 15/09/2026 10:40:35, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **PESQUISA DE PREÇOS**

Data de Criação: **15/09/2026 10:40:35**

Certificado digital

Pesquisa iniciada no dia 14/09/2026 11:27
IP: 179.97.35.98

FONTE DE PREÇOS
PRATICIDADE EM COTAÇÕES PÚBLICAS

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Lote 1 - Lote 1

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física Emissão de	4	R$ 343,30	1.00	R$ 343,30

	Órgão/Empresa/Site: https://certisign.com.br				
	Fonte		**Identificação**	**CNPJ do fornecedor**	**Data**
1	DOMÍNIO AMPLO		Anexo DA-1.1	01.554.285/0001-75	15/09/2026
	Quant.	**Preço**	**Ajuste de frete**	**Valor do frete**	**Preço ajustado**
	1.00	R$ 412,40	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 412,40
	Órgão/Empresa/Site: https://www.certificadodigitalhasa.com.br				
	Fonte		**Identificação**	**CNPJ do fornecedor**	**Data**
2	DOMÍNIO AMPLO		Anexo DA-1.2	08.936.054/0001-75	15/09/2026
	Quant.	**Preço**	**Ajuste de frete**	**Valor do frete**	**Preço ajustado**
	1.00	R$ 391,78	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 391,78
	Órgão/Empresa/Site: https://nathyelle.com.br				
	Fonte		**Identificação**	**CNPJ do fornecedor**	**Data**
3	DOMÍNIO AMPLO		Anexo DA-1.3	04.740.806/0001-77	15/09/2026
	Quant.	**Preço**	**Ajuste de frete**	**Valor do frete**	**Preço ajustado**
	1.00	R$ 439,00	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 439,00
	Órgão/Empresa/Site: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL				
	Razão Social do Fornecedor				**CNPJ**
4	LIDERSIS SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMACAO LTDA				11.717.421/0001-54
	Fonte	**Identificação**	**Quant.**	**Data**	**Preço**
	ComprasGov BR	...ompra?compra=92661406000542026	1.00	02/02/2026	R$ 130,00

Média Aritmética dos preços obtidos: R$ 343,30

Valor Total da Cotação: R$ 343,30

DETALHAMENTO DOS ITENS

Lote 1 - Lote 1

Item 1: Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física Emissão de ...

Quantidade: 1.0000 UN

Descrição:

Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3, ARMAZENAMENTO EM TOKEN / VALIDADE DE 1 ANO / e-CPF.

Justificativas: -

Preço (DOMÍNIO AMPLO)[1] **R$ 412,40**

Órgão

https://certisign.com.br

Objeto

Certificado digital e-CPF

Descrição

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9

Certificado digital e-CPF

Dados

Data: 15/09/2026 - 09:48:07 **Modalidade:** Domínio Amplo **SRP:** NÃO
Fonte: DOMÍNIO AMPLO **Código do item:** DA-52 **Lote/Item:** 52
Identificação: Anexo DA-1.1
Quantidade: 1.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** PA
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
URL: https://certisign.com.br/certificados/e-cpf?cod_rev=75961&cod_rev=85523&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=ic_crs_certif_conv_gg_sch_no-brand_certificado-digital&utm_term=iamax_exp-url&gad_source=1&gad_campaignid=22798610052&gbraid=0AAAAAD4A5lKEsj6kznA6HXjRjfYYjZruE&gclid=CjwKCAjw2aPVBhBkEiwA0CpttzpzQOtI8qnZoYLHKmovQZvLViFRTXvM386nphTKZNJ_49eqrZ4LnhoCvHQQAvD_BwE
Marca: DOMÍNIO AMPLO Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** DOMÍNIO AMPLO Não disponibiliza essa informação.
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A
CNPJ: 01.554.285/0001-75 **Porte:** GRANDE
UF: SP

Preço (DOMÍNIO AMPLO)[2] **R$ 391,78**

Órgão
https://www.certificadodigitalhasa.com.br
Objeto
Certificados Digitais e-CPF
Descrição
Certificados Digitais e-CPF

Dados

Data: 15/09/2026 - 09:53:49 **Modalidade:** Domínio Amplo **SRP:** NÃO
Fonte: DOMÍNIO AMPLO **Código do item:** DA-53 **Lote/Item:** 53
Identificação: Anexo DA-1.2
Quantidade: 1.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** PA
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
URL: https://www.certificadodigitalhasa.com.br/compre-conosco-seu-certificado-digital-e-cpf/
Marca: DOMÍNIO AMPLO Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** DOMÍNIO AMPLO Não disponibiliza essa informação.
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: HASA CERTIFICACAO LTDA - EPP
CNPJ: 08.936.054/0001-75 **Porte:**

Preço (DOMÍNIO AMPLO)[3] **R$ 439,00**

Órgão
https://nathyelle.com.br
Objeto
e-CPF A3 em TOKEN (03 ANOS)
Descrição
e-CPF A3 em TOKEN (03 ANOS)

Dados

Data: 15/09/2026 - 10:00:37 **Modalidade:** Domínio Amplo **SRP:** NÃO
Fonte: DOMÍNIO AMPLO **Código do item:** DA-54 **Lote/Item:** 54
Identificação: Anexo DA-1.3
Quantidade: 1.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** PA
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
URL: https://nathyelle.com.br/product/e-cpf-a3-de-3-anos-em-token/
Marca: DOMÍNIO AMPLO Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** DOMÍNIO AMPLO Não disponibiliza essa informação.

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9

Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: FAGUNDES CERTIFICADORA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04.740.806/0001-77 **Porte:** EPP
UF: DF

Preço (ComprasGov BR)[4] **R$ 130,00**

Órgão
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

UASG
926614

Objeto
Contratação de empresa para fornecimento, emissão, gerenciamento e serviço de registro e fornecimento de certificado digital do tipo A3, emitidos em mídia física (token), individualizado e vinculado a servidor designado para compor a Comissão Permanente de Contratação do CFESS, com validade mínima de 3 (três) anos, a serem fornecidos por Autoridade Certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, visando viabilizar a atuação segura, legal e regular dos membros da comissão nos sistemas eletrônicos oficiais de compras públicas e demais plataformas institucionais.

Descrição
Emissão de certificado digital a3, com token pessoa física Emissão de Certificado digital e-CPF A3 em mídia física (token) com validade mínima de 3 (três) anos, a serem fornecidos por Autoridade Certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Pública / Emissão de certificado digital a3, com token pessoa física Emissão de Certificado digital e-CPF A3 em mídia física (token) com validade mínima de 3 (três) anos, a serem fornecidos por Autoridade Certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil Consultar edital e seus anexos para maior detalhamento.

Dados

Data de homologação: 02/02/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Dispensa **SRP:** NÃO
Fonte: ComprasGov BR **Código do item:** **Lote/Item:** 1
Identificação: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=92661406000542026
Quantidade: 1.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** DF
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: ComprasGov BR Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: LIDERSIS SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 11.717.421/0001-54 **Porte:** EPP
UF: DF

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A

CNPJ: 01.554.285/0001-75
EMAIL: sac@certisign.com.br
TELEFONE: (11) 3478-9444
ENDEREÇO: Não Informado

FAGUNDES CERTIFICADORA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

CNPJ: 04.740.806/0001-77
EMAIL: daniela@nathyelle.com.br
TELEFONE: (61) 3965-7100
ENDEREÇO: Não Informado

HASA CERTIFICACAO LTDA - EPP

CNPJ: 08.936.054/0001-75
EMAIL: Não Informado
TELEFONE: Não Informado
ENDEREÇO: Não Informado

LIDERSIS SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMACAO LTDA

CNPJ: 11.717.421/0001-54
EMAIL: administrativo@lidersis.com.br
TELEFONE: (61) 3551-1006
ENDEREÇO: Não Informado

Certificado digital
Pesquisa iniciada no dia 14/09/2026 11:27
IP: 179.97.35.98

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9

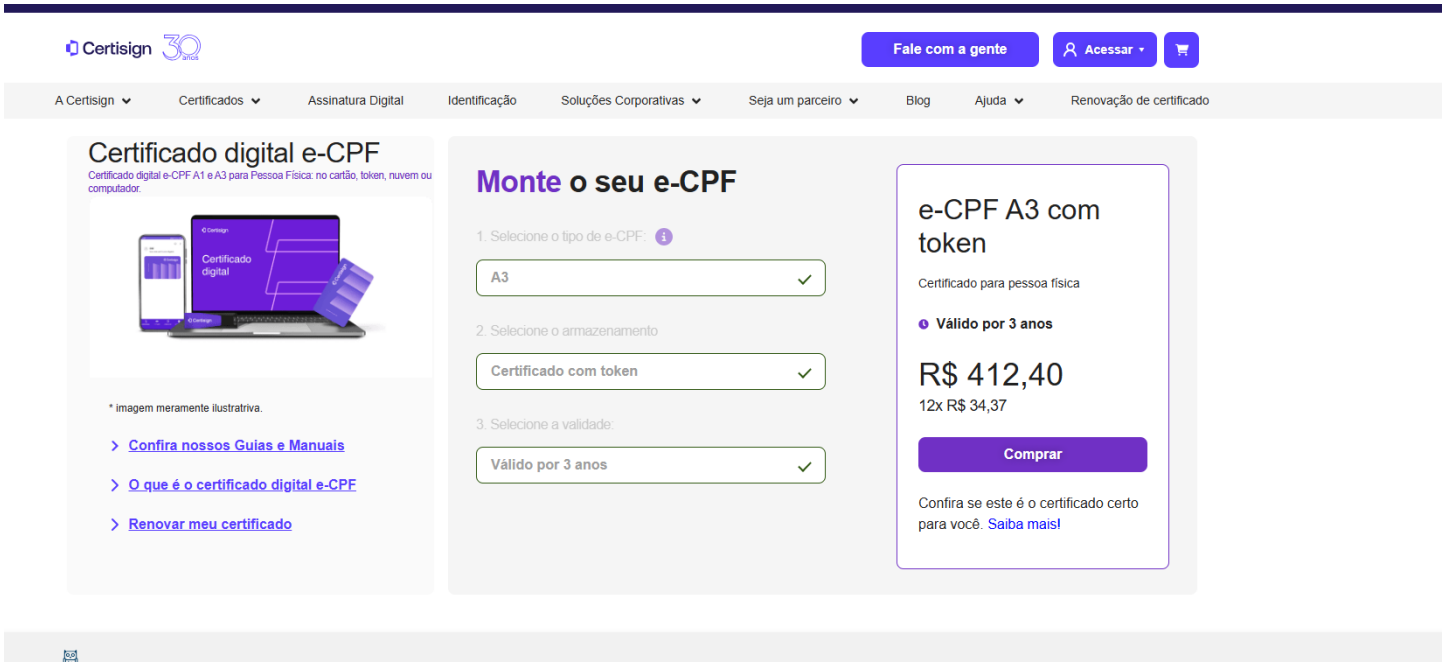
ANEXO

Domínio Amplo-1
Item: Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3, ARMAZENAMENTO EM TOKEN / VALIDADE DE 1 ANO / e-CPF.
Site: https://certisign.com.br
Momento da captura de tela do item "Certificado digital e-CPF": 15/09/2026 09:48:07

Certificado digital

Pesquisa iniciada no dia 14/09/2026 11:27
IP: 179.97.35.98

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9



Certificado digital
Pesquisa iniciada no dia 14/09/2026 11:27
IP: 179.97.35.98

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9

ANEXO

Domínio Amplo-2
Item: Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3, ARMAZENAMENTO EM TOKEN / VALIDADE DE 1 ANO / e-CPF.
Site: https://nathyelle.com.br
Momento da captura de tela do item "e-CPF A3 em TOKEN (03 ANOS)": 15/09/2026 10:00:37

Certificado digital

Pesquisa iniciada no dia 14/09/2026 11:27
IP: 179.97.35.98

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9

Fale Conosco: +55 (61)3965-7100 / (61)3375-6861 / (61)98156-9590 | Email: contato@nathyelle.com.br

Nathyelle

HomePage | Institucional | Certificados Digitais | Sistemas | Instalação e Suporte | Blog | Contato

Produtos



e-CPF A3 em TOKEN (03 ANOS)

R$439,00

Esse certificado digital e-CPF A3 em token tem validade de 3 anos. É indicado para identificar uma pessoa física perante a Receita Federal e busca uma solução completa para uso do certificado. O Certificado em token oferece ao usuário praticidade, fácil portabilidade e usabilidade, bastando conectá-lo na porta USB do computador.

IMPORTANTE: VERIFIQUE A COMPATIBILIDADE DOS SISTEMAS OPERACIONAIS COM OS DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, NA ÁREA DE ESPECIFICAÇÕES LOCALIZADA ABAIXO NESTA PÁGINA.

1 Comprar

Categoria: e-CPF

Descrição

NFORMAÇÕES IMPORTANTES
A validação do certificado é presencial e deverá ser agendada em um dos Locais de Atendimento

Certificado digital
Pesquisa iniciada no dia 14/09/2026 11:27
IP: 179.97.35.98

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9

ANEXO

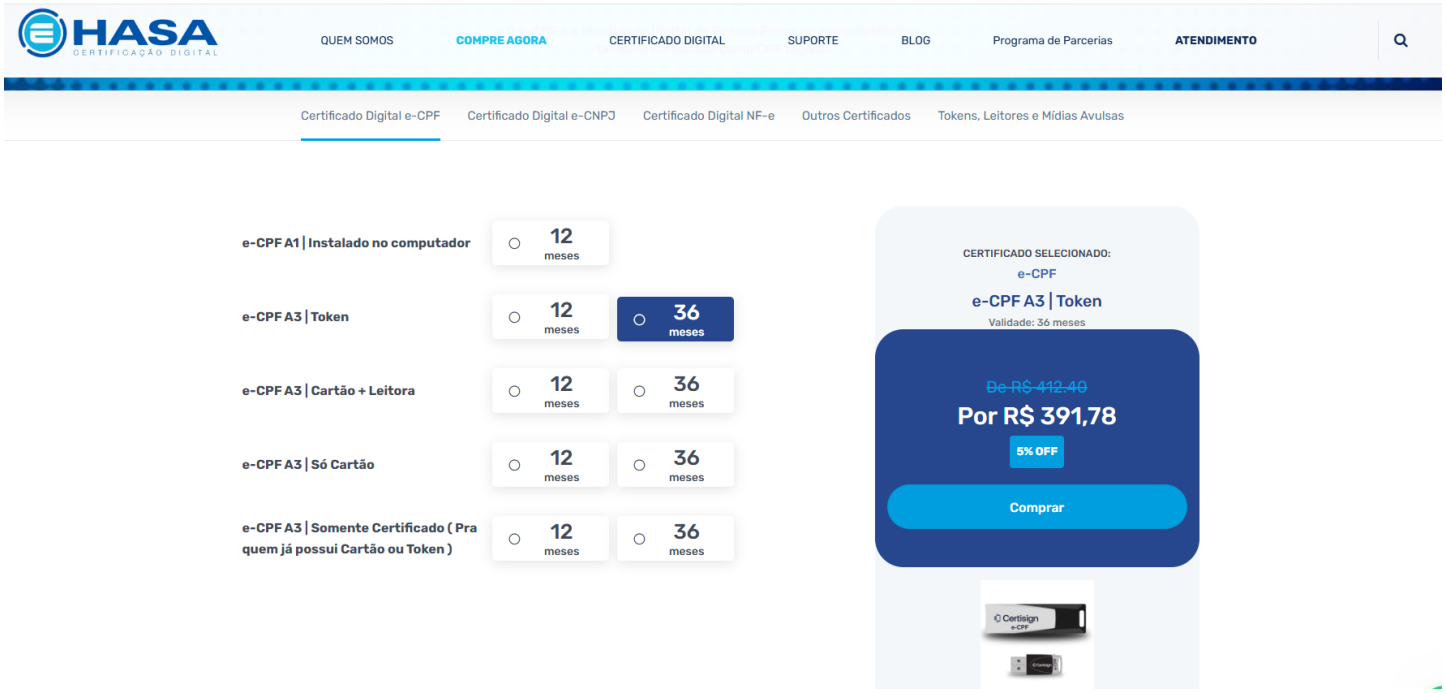
Domínio Amplo-3
Item: Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3, ARMAZENAMENTO EM TOKEN / VALIDADE DE 1 ANO / e-CPF.
Site: https://www.certificadodigitalhasa.com.br
Momento da captura de tela do item "Certificados Digitais e-CPF": 15/09/2026 09:53:49

Certificado digital

Pesquisa iniciada no dia 14/09/2026 11:27
IP: 179.97.35.98

FONTE DE PREÇOS
PRATICIDADE EM COTAÇÕES PÚBLICAS

Ministério Público do Estado de Alagoas
CNPJ: 12.472.734/0001-52
Responsável: Diogo Lessa
Matrícula: 825858-9



Anexo 2

Descrição do Arquivo: **ORÇAMENTO DE COMPRAS**

Data de Criação: **15/09/2026 10:40:35**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS

ORÇAMENTO nº 062/2026

Maceió, 15 de Setembro de 2026.

Ref.: Processo Administrativo nº **20.08.1330.0000279/2026-37**

1. Detalhamento e Comparativo de Propostas por Item

Abaixo apresenta-se o detalhamento das cotações obtidas nas fontes consultadas para a demanda de 300 certificados:

Item	Descrição do Objeto	Qtde	Certisign (CNPJ 01.554.285/0001-75)	HASA Certificação (CNPJ 08.936.054/0001-75)	Fagundes Cert. (CNPJ 04.740.806/0001-77)	Lidersis (ComprasGov) (CNPJ 11.717.421/0001-54)
1	Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física (e-CPF), conforme especificações técnicas do Termo de Referência.	300	R$ 412,40 / un. **R$ 123.720,00**	R$ 391,78 / un. **R$ 117.534,00**	R$ 439,00 / un. **R$ 131.700,00**	R$ 130,00 / un. **R$ 39.000,00**

2. Consolidação dos Valores de Mercado (Média e Mediana)

Com base na série de preços coletada, aplicaram-se as métricas estatísticas estabelecidas pelo art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 para a fixação do valor estimado da contratação para 300 certificados:

Métrica Estatística	Valor Unitário de Referência (R$)	Quantitativo	Valor Global Estimado (R$)
Média Aritmética	R$ 343,30	300	**R$ 102.988,50**
Mediana de Mercado	R$ 402,09	300	**R$ 120.627,00**

3. Conclusão e Recomendação

A pesquisa de preços atende integralmente às exigências formais e legais. Para fins de composição do preço máximo aceitável no edital de licitação para a aquisição do lote de 300 certificados, sugere-se a adoção do Valor Global Médio de **R$ 102.988,50** (unitário de R$ 343,30) ou, alternativamente, do Valor Global Mediano de R$ **120.627,00** (unitário de R$ 402,09), cabendo a homologação da opção mais adequada aos parâmetros orçamentários da instituição.

Diogo Lessa dos Santos Melo
Setor de Compras

Anexo 3

Descrição do Arquivo: **CONSOLIDAÇÃO**

Data de Criação: **15/09/2026 10:40:35**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS

PESQUISA DE PREÇOS nº 058/2026

Maceió, 15 de Setembro de 2026

Em atendimento à IN nº 65/2021, encaminha-se a consolidação dos dados da pesquisa de preços feitas por este Setor de Compras.

Requisições a que se aplicam (Art. 3º, inciso I, IN 65/2021)

Expediente GED nº **20.08.1330.0000279/2026-37** ligado a esta pesquisa de preços.

Identificação do Agente Responsável pela cotação (Art. 3º, inciso II, IN 65/2021)

Diogo Lessa dos Santos Melo (825858-9)

Caracterização das fontes consultadas (Art. 3º, inciso III, e Art. 5º, IN 65/2021)

- Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.
- Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

Método estatístico aplicado (Art. 3º, inciso V, IN 65/2021)

- Média de preços ou mediana de preços comparativo para modalidade licitatória

Justificativa para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável (Art. 3º, inciso VI, e Art. 6º, § 3º, IN 65/2021)

Não se aplica.

Razões de Escolha do Contratado (Art. 72, Inciso VI, Lei 14.133/2021)

Não se aplica.

Caso não tenha sido identificado nenhum preço no Painel de Preços ou contratações similares de outros entes públicos, justifica-se (Art. 3º, inciso VIII e Art. 5º, § 1º, IN 65/2021)

Não se aplica.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS

Série de preços coletados (Art. 3º, inciso IV, IN 65/2021)

Item	Descrição do Objeto	Qtde	Certisign (CNPJ 01.554.285/0001-75)	HASA Certificação (CNPJ 08.936.054/0001-75)	Fagundes Cert. (CNPJ 04.740.806/0001-77)	Lidersis (ComprasGov) (CNPJ 11.717.421/0001-54)
1	Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física (e-CPF), conforme especificações técnicas do Termo de Referência.	300	R$ 412,40 / un. **R$ 123.720,00**	R$ 391,78 / un. **R$ 117.534,00**	R$ 439,00 / un. **R$ 131.700,00**	R$ 130,00 / un. **R$ 39.000,00**

Métrica Estatística	Valor Unitário de Referência (R$)	Quantitativo	Valor Global Estimado (R$)
Média Aritmética	R$ 343,30	300	**R$ 102.988,50**
Mediana de Mercado	R$ 402,09	300	**R$ 120.627,00**

Itens em que não foi possível a pesquisa de ao menos 03 (três) preços, justifica-se (Art. 6º, § 5º, IN 65/2021)

Não se Aplica.

Diogo Lessa
Setor de Compras

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**15/09/2026 10:42:02**
Origem	**SETOR DE COMPRAS (DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO)**
Destino(s):	**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO (JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO**, em 15/09/2026, às 10:42, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Classificação orçamentária (920392)

Data do Movimento:	**15/09/2026 11:01:05**
Criador:	**JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS**
Resumo:	**Classificação orçamentária (920392)**

A Diretoria de Programação e Orçamento desta Procuradoria Geral de Justiça informa:

1 - As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA- 2024-2027, no Programa de Trabalho:03.122.1011.5228, Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO - 000259 - MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO, Natureza de despesa: 339040 – Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

2 - Existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a pretensão do requerente.

Movimento assinado eletronicamente por **JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS**, em 15/09/2026 11:01:05, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**15/09/2026 11:01:19**
Origem	**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO (JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS)**
Destino(s):	**DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS)**
Resumo:	**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA**

Movimento assinado eletronicamente por **JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS**, em 15/09/2026, às 11:01, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Classificação orçamentária (920392)

Data do Movimento:	**17/09/2026 09:42:35**
Criador:	**ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS**
Resumo:	**Disponibilidade Financeira**

Tendo em vista a existência de previsão orçamentária, conforme despacho da DPO, bem como a disponibilidade financeira para o pagamento, dê-se prosseguimento ao pedido.

Movimento assinado eletronicamente por **ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS**, em 17/09/2026 09:42:35, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**17/09/2026 09:42:43**
Origem	**DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS)**
Destino(s):	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Resumo:	**Disponibilidade Financeira**

Movimento assinado eletronicamente por **ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS**, em 17/09/2026, às 09:42, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**17/09/2026 10:09:25**
Criador:	**CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Considerando valor determinado pelo Setor de Compras, vão os autos à Coordenadoria de Licitações para confecção das minutas visando procedimento licitatório.

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 17/09/2026 10:09:25, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**17/09/2026 10:09:39**
Origem	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 17/09/2026, às 10:09, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**17/09/2026 10:46:57**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Em análise à pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras, verifica-se que foram apurados dois resultados: R$ 102.988,50, correspondente à média aritmética, e R$ 120.627,00, correspondente à mediana de mercado.

Considerando que o Setor de Compras, em sua conclusão, apresentou ambas as possibilidades e consignou que caberia à Administração escolher a opção mais adequada aos parâmetros orçamentários da Instituição, sem indicar objetivamente qual valor entende que deva ser adotado como estimativa da contratação, esta Coordenadoria entende necessária a complementação da instrução, especialmente porque a definição do valor estimado deve decorrer da metodologia de pesquisa de preços e da respectiva justificativa técnica, não cabendo a esta unidade, no âmbito de suas atribuições, eleger entre os resultados apresentados pelo setor responsável pela realização da pesquisa.

Registre-se, ainda, que o Termo de Referência atualmente indica valor global estimado de aproximadamente R$ 120.000,00, o que deverá ser compatibilizado com o resultado definitivo da pesquisa de preços.

Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria-Geral, para apreciação, a fim de que seja definido o respectivo valor a sere adotado como estimativa da contratação.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 17/09/2026 10:46:57, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**17/09/2026 10:47:12**
Origem	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Destino(s):	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 17/09/2026, às 10:47, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**17/09/2026 10:49:40**
Criador:	**CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Considerando a manifestação da Coordenadoria de Licitações e a necessidade de complementação da instrução quanto à definição do valor estimado da contratação, retornem os autos ao Setor de Compras para que indique expressamente o valor estimado da contratação a ser adotado, dentre os resultados obtidos na pesquisa de preços, ou apresente outra metodologia que entenda tecnicamente adequada, apresentando a respectiva justificativa para a metodologia e o valor escolhidos, considerando as características do objeto e os preços efetivamente coletados, bem como esclareça a pertinência e a comparabilidade do preço de R$ 130,00 por unidade, constante da pesquisa, diante da diferença significativa em relação aos demais preços obtidos.

Cumprida a diligência, retornem os autos a esta Diretoria-Geral para prosseguimento.

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 17/09/2026 10:49:40, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**17/09/2026 10:49:51**
Origem	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Destino(s):	**SETOR DE COMPRAS (DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 17/09/2026, às 10:49, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento: **17/09/2026 12:05:03**

Criador: **DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO**

Resumo: **Despacho Administrativo (920379)**

À DIRETORIA-GERAL / COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

Em atenção aos Despachos Administrativos de 17/09/2026, que determinaram o retorno dos autos a este Setor de Compras para complementação da instrução processual acerca da estimativa do valor da contratação e esclarecimento da amostragem coletada, manifestamo-nos formalmente nos termos a seguir expostos.

1. Análise Crítica da Série Amostral e Pertinência do Valor de R$ 130,00

Em cumprimento ao art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao art. 6º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, este Setor de Compras procedeu à análise crítica da série de preços obtida para emissão do lote de 300 Certificados Digitais A3 (e-CPF), composta pelas seguintes cotações:

Certisign Certificadora Digital S.A.	Sítio de Domínio Amplo	15/09/2026	R$ 412,40	R$ 123.720,00
HASA Certificação Ltda. - EPP	Sítio de Domínio Amplo	15/09/2026	R$ 391,78	R$ 117.534,00
Fagundes Certificadora (Nathyelle)	Sítio de Domínio Amplo	15/09/2026	R$ 439,00	R$ 131.700,00
Lidersis Sistemas e Tecnologias da Inf. Ltda.	ComprasGov BR (CFESS)	02/02/2026	**R$ 130,00**	**R$ 39.000,00**

Quanto à indagação referente à comparabilidade do valor de **R$ 130,00** prestado pela empresa Lidersis via ComprasGov BR (UASG 926614), cumpre esclarecer:

-**Compatibilidade do Objeto:** A contratação pública idêntica realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) abrangeu exatamente a emissão de Certificado Digital e-CPF A3 em mídia física (token USB) com validade de 3 anos, atendendo rigorosamente à mesma especificação do Termo de Referência deste MP/AL;

- **Validade da Fonte Pública:** O art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 concede **prioridade normativo-legal** às contratações similares promovidas pela Administração Pública nos últimos 12 (doze) meses;
- **Benefício da Competição Pública:** A aparente discrepância entre o valor governamental (R$ 130,00) e os portais privados varejistas de domínio amplo (médias superiores a R$ 390,00) decorre do ganho de escala e da disputa concorrencial típica do sistema de Compras Governamentais (Pregão/Dispensa Eletrônica), refletindo a real economicidade alcançada pela Administração Pública em certames públicos;
- **Inexistência de Inexequibilidade:** O valor praticado decorre de contrato formalmente homologado e em execução na esfera federal, afastando qualquer vício de exequibilidade ou inconsistência formal. A manutenção do item na amostragem previne a sobreestimativa orçamentária institucional.

2. Definição Técnica do Valor Estimado da Contratação

Diante da solidez do conjunto amostral e em atenção à solicitação da Coordenadoria de Licitações para que este Setor declare expressamente a metodologia orçamentária final, INDICAMOS e JUSTIFICAMOS a adoção da **MÉDIA ARITMÉTICA MÓDICA** de toda a série de preços praticados, apurada da seguinte forma:

Parâmetro Avaliado	Metodologia Aplicada	Valor Unitário (R$)	Quantitativo	Valor Global Estimado (R$)
MÉDIA RECOMENDADA	Somatório / 4 Fontes Validada	R$ 343,30	300	R$ 102.988,50
Mediana de Mercado	Interpolar Valores Centrais	R$ 402,09	300	R$ 120.627,00

Justificativa Técnica da Opção pela Média Aritmética (R$ 102.988,50):

1. **Equilíbrio Financeiro e Mitigação de Sobrepreço:** A Média Aritmética de R$ 343,30 pondera perfeitamente o preço menor e altamente competitivo obtido na esfera pública (R$ 130,00) com os preços de balcão do mercado varejista tradicional (R$ 391,78 a R$ 439,00), resultando em um valor teto atrativo para o certame sem contudo inflar o orçamento público;
2. **Economicidade Gerada ao Erário:** Em comparação com a mediana (R$ 120.627,00), a adoção da média orçamentária fixada em R$ 102.988,50 proporciona uma **economia potencial direta de R$ 17.638,50 (14,62% de redução)** no teto estimado da contratação;
3. **Adequação ao Termo de Referência:** Conforme apontado no Despacho da Coordenadoria de Licitações, o Termo de Referência que indicava o valor aproximado prévio de R$ 120.000,00 deve ser oficialmente **ajustado/compatibilizado** para o montante global de **R$ 102.988,50 (cem e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)**.

3. Conclusão e Encaminhamento

Ante o exposto, restando devidamente fundamentada a manutenção do preço público de R$ 130,00 na amostragem e indicada objetivamente a **Média Aritmética Módica no valor global de R$ 102.988,50** como a estimativa orçamentária final mais vantajosa para o certame licitatório, submetem-se os autos à apreciação da **DIRETORIA-GERAL** para:

-Aprovação/Homologação do valor estimado da contratação fixado em **R$ 102.988,50**;

-Aprovação do ajuste de compatibilização no Termo de Referência da contratação;

-Encaminhamento à Coordenadoria de Licitações para prosseguimento dos atos de instrução do edital.

Movimento assinado eletronicamente por **DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO**, em 17/09/2026 12:05:03, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Relatório**

Data de Criação: **17/09/2026 12:05:03**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS

DESPACHO ADMINISTRATIVO **Maceió/AL, 17 de Setembro de 2026**

PROCESSO GED: 20.08.1330.0000279/2026-37
REFERÊNCIA: Despachos 920379 (Licitações/DG)
OBJETO: Registro de Preços/Aquisição de 300 Certificados Digitais do tipo A3 em Token (e-CPF)

À DIRETORIA-GERAL / COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

Em atenção aos Despachos Administrativos de 17/09/2026, que determinaram o retorno dos autos a este Setor de Compras para complementação da instrução processual acerca da estimativa do valor da contratação e esclarecimento da amostragem coletada, manifestamo-nos formalmente nos termos a seguir expostos.

1. Análise Crítica da Série Amostral e Pertinência do Valor de R$ 130,00

Em cumprimento ao art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao art. 6º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, este Setor de Compras procedeu à análise crítica da série de preços obtida para emissão do lote de 300 Certificados Digitais A3 (e-CPF), composta pelas seguintes cotações:

Fonte / Fornecedor	Origem do Preço	Data da Cotação	Valor Unitário (R$)	Valor Global (300 un)
Certisign Certificadora Digital S.A.	Sítio de Domínio Amplo	15/09/2026	R$ 412,40	R$ 123.720,00
HASA Certificação Ltda. - EPP	Sítio de Domínio Amplo	15/09/2026	R$ 391,78	R$ 117.534,00
Fagundes Certificadora (Nathyelle)	Sítio de Domínio Amplo	15/09/2026	R$ 439,00	R$ 131.700,00
Lidersis Sistemas e Tecnologias da Inf. Ltda.	ComprasGov BR (CFESS)	02/02/2026	**R$ 130,00**	**R$ 39.000,00**

Quanto à indagação referente à comparabilidade do valor de R$ 130,00 prestado pela empresa Lidersis via ComprasGov BR (UASG 926614), cumpre esclarecer:

- Compatibilidade do Objeto: A contratação pública idêntica realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) abrangeu exatamente a emissão de Certificado Digital e-CPF A3 em mídia física (token USB) com validade de 3 anos, atendendo rigorosamente à mesma especificação do Termo de Referência deste MP/AL;
- Validade da Fonte Pública: O art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 concede **prioridade normativo-legal** às contratações similares promovidas pela Administração Pública nos últimos 12 (doze) meses;

•Benefício da Competição Pública: A aparente discrepância entre o valor governamental (R$ 130,00) e os portais privados varejistas de domínio amplo (médias superiores a R$ 390,00) decorre do ganho de escala e da disputa concorrencial típica do sistema de Compras Governamentais (Pregão/Dispensa Eletrônica), refletindo a real economicidade alcançada pela Administração Pública em certames públicos;
•Inexistência de Inexequibilidade: O valor praticado decorre de contrato formalmente homologado e em execução na esfera federal, afastando qualquer vício de exequibilidade ou inconsistência formal. A manutenção do item na amostragem previne a sobreestimativa orçamentária institucional.

2. Definição Técnica do Valor Estimado da Contratação

Diante da solidez do conjunto amostral e em atenção à solicitação da Coordenadoria de Licitações para que este Setor declare expressamente a metodologia orçamentária final, INDICAMOS e JUSTIFICAMOS a adoção da MÉDIA ARITMÉTICA MÓDICA de toda a série de preços praticados, apurada da seguinte forma:

Parâmetro Avaliado	**Metodologia Aplicada**	**Valor Unitário (R$)**	**Quantitativo**	**Valor Global Estimado (R$)**
MÉDIA RECOMENDADA	Somatório / 4 Fontes Validada	R$ 343,30	300	R$ 102.988,50
Mediana de Mercado	Interpolar Valores Centrais	R$ 402,09	300	R$ 120.627,00

Justificativa Técnica da Opção pela Média Aritmética (R$ 102.988,50):

1.Equilíbrio Financeiro e Mitigação de Sobrepreço: A Média Aritmética de R$ 343,30 pondera perfeitamente o preço menor e altamente competitivo obtido na esfera pública (R$ 130,00) com os preços de balcão do mercado varejista tradicional (R$ 391,78 a R$ 439,00), resultando em um valor teto atrativo para o certame sem contudo inflar o orçamento público;
2.Economicidade Gerada ao Erário: Em comparação com a mediana (R$ 120.627,00), a adoção da média orçamentária fixada em R$ 102.988,50 proporciona uma economia potencial direta de R$ 17.638,50 (14,62% de redução) no teto estimado da contratação;
3.Adequação ao Termo de Referência: Conforme apontado no Despacho da Coordenadoria de Licitações, o Termo de Referência que indicava o valor aproximado prévio de R$ 120.000,00 deve ser oficialmente **ajustado/compatibilizado** para o montante global de R$ 102.988,50 (cem e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

3. Conclusão e Encaminhamento

Ante o exposto, restando devidamente fundamentada a manutenção do preço público de R$ 130,00 na amostragem e indicada objetivamente a Média Aritmética Módica no valor global de R$ 102.988,50 como a estimativa orçamentária final mais vantajosa para o certame licitatório, submetem-se os autos à apreciação da DIRETORIA-GERAL para:

•Aprovação/Homologação do valor estimado da contratação fixado em R$ 102.988,50;
•Aprovação do ajuste de compatibilização no Termo de Referência da contratação;
•Encaminhamento à Coordenadoria de Licitações para prosseguimento dos atos de instrução do edital.

Diogo Lessa dos Santos Melo
Setor de Compras
Ministério Público do Estado de Alagoas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**17/09/2026 12:05:19**
Origem	**SETOR DE COMPRAS (DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO)**
Destino(s):	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO**, em 17/09/2026, às 12:05, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**17/09/2026 13:01:27**
Criador:	**CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Considerando valor determinado pelo Setor de Compras, vão os autos à Coordenadoria de Licitações para confecção das minutas visando procedimento licitatório.

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 17/09/2026 13:01:27, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**17/09/2026 13:01:40**
Origem	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 17/09/2026, às 13:01, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Elaboração de Minuta (920420)

Data do Movimento:	**18/09/2026 11:05:10**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Minuta de edital e contrato**

Juntou-se aos autos a minuta do edital e do termo contratual, esta elaborada em conjunto com a Coordenadoria de Contratos e Convênios, como preconiza o art. 16 do Ato PGJ nº 05/2024.

Acrescentou-se também portaria PGJ nº 1, de 2 de janeiro de 2024, que designou servidores para atuar como agentes de contratação, pregoeiro e equipe de apoio.

Por fim, remetam-se os autos à Controladoria Interna, para prosseguimento da rotina de contratação do Ato PGJ nº 05/2024, para análise, conforme art. 17.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 18/09/2026 11:05:10, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Minuta de edital e contrato**

Data de Criação: **18/09/2026 11:05:10**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO
XX/XXXX

CONTRATANTE (UASG)
453791

OBJETO
Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 102.990,00 (cento e dois mil, novecentos e noventa reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX

GED Nº 20.08.1330.0000279/2026-37

Torna-se público que o Ministério Público do Estado de Alagoas, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediado na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço – Maceió/AL, CEP 57.025-400, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não haverá participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e figuras equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas, bem como os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de ..... (....).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do órgão licitante;

6.20.2.2. Empresas brasileiras;

6.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpal.mp.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. Fraudar a licitação;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4

que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@mpal.mp.br, devendo o interessado fazer referência a que edital se refere.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/pncp.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

Maceió, XX de XXXX de XXXX.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para emissão de 300 (trezentos) certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, cuja geração e armazenamento seja em token USB novo, lacrado, homologado pela ICP-Brasil. No serviço estão inclusos a emissão, validação (presencial ou remota), entrega, suporte técnico, reposição em caso de defeito e demais obrigações, conforme especificações deste Termo de Referência;

1.2. Natureza do Objeto: Prestação de serviço de tecnologia da informação classificada como serviço comum e disponível em ampla oferta no mercado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme legislação vigente;

1.3. Vigência: Até o final do período de validade dos certificados digitais (36 meses), podendo ser prorrogado ou reequilibrado nas hipóteses legais;

1.4. Todos os atendimentos e intervenções técnicas deverão ser realizados por profissionais capacitados e autorizados pelo fabricante/homologador do token, mediante análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação se destina a garantir a continuidade, segurança, autenticidade e validade jurídica das operações eletrônicas do MPE-AL, em observância à LGPD, às diretrizes de segurança da informação, e à política de transformação digital da instituição.

2.2. A solicitação justifica-se em virtude da vindoura expiração dos prazos dos certificados atualmente utilizados por membros do MPE-AL, necessários para acesso aos processos virtuais do Poder Judiciário do Estado de Alagoas através dos sistemas SAJ/MP, e-SAJ e Eproc, além de servidores que necessitam utilizar a ferramenta para acesso a sistemas, em especial do Governo Federal, onde seu uso se faz obrigatório.

2.3. O quantitativo proposto leva em conta reposições, crescimento institucional e possíveis contratações futuras, observando histórico dos últimos exercícios e estimativa de expansão até o fim da vigência. O quantitativo poderá ser revisto em aditivo, conforme surgimento de novas demandas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Lote 1: Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF) padrão ICP-Brasil, tipo A3, instalados em Token USB:

LOTE 1			
Item	**1**	**Valor Unitário Médio**	**R$ 343,30**
Quantidade	**300**	**Valor Total Médio**	**R$ 102.990,00**
Objeto	**Certificado Digital para pessoa física (e-CPF) com Token**		

Caracteristicas:
•Padrão: ICP-Brasil;
•Nível: A3;
•Tipo: e-CPF
•Validade: Mínimo de 36 meses;

Os tokens criptográficos devem conter as configurações abaixo relacionadas:

•Deverá ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
•Totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3;
•Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);
•Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
•Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
•Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;
•Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits;
•Possuir carcaça resistente à água e à violação;
•Fornecer driver e programa de gerenciamento para o sistema operacional Microsoft Windows 7, 10, 11 e versões superiores;
•Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4;
•Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres;
•Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
•Permitir geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos;
•Permitir gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459;
•Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução;
•Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
•Permitir reinicialização de senha mediante utilização de PUK (Pin Unlock Key);
•Suportar, pelo menos, os seguintes navegadores: Microsoft Internet Explorer (versão 9.0 e

superiores), Firefox (versão 35.0 e superiores) e Google Chrome (versão 42.0 e superiores);
•Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo;
•Bloquear o dispositivo após dez tentativas de autenticação com códigos inválidos;
•Bloquear a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do token;
•O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil.

Certificados A3:

•Garantir a correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período de 36 meses para o certificado do tipo A3 contados a partir da data de emissão do certificado;
•Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o MPE-AL;

Token:

•Garantia mínima de 12 meses, contado a partir da data de emissão do certificado digital;
•Nesse período, caso o dispositivo apresente defeito, a empresa contratada deverá realizar, no prazo de 15 dias, contados da notificação feita pelo MPE-AL, troca do dispositivo defeituoso por outro novo, de primeiro uso, com, no mínimo, as mesmas características do objeto contratado contendo um certificado digital A3;

3.2 Atualização e Suporte

3.2.1. O fornecedor deverá garantir a atualização dos drivers, firmware e demais componentes sempre que requerido por alterações regulatórias ou evolução tecnológica do ICP-Brasil, inclusive para modelos homologados superiormente ao objeto do contrato.

3.3 A eventual necessidade de troca do token/certificado por atualização tecnológica será sem ônus para o órgão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Habilitação

4.1.1. Atender os requisitos de Habilitação previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

4.1.2. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa proponente em prestação de serviços pertinente e compatível ao objeto da licitação;

4.1.3. Atender as exigências deste Termo de Referência e seus anexos.

4.2 Padrões de Atendimento

4.2.1. Disponibilizar pontos físicos de atendimento para emissão dos certificados em Maceió, Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia;

4.2.2. Atendimento remoto via videoconferência para validação, a critério do servidor/membro;

4.2.3. Suporte técnico por telefone, chat, e-mail e portal do fabricante, com prazo de resposta máximo de 8h úteis para primeiro atendimento e de 48h para solução;

4.3 Sistema de Gerenciamento

4.3.1. Disponibilizar sistema online para controle (emissão, agendamento, acompanhamento, prazos, histórico de chamados). O acesso do órgão deve ser irrestrito até a expiração do último certificado;

4.3.2. Fornecimento alternativo via chaves, vouchers ou tokens de acesso, válidos por toda vigência do contrato;

4.3.3. Esses vouchers ou tokens não terão prazo de validade para serem utilizados, ficando o órgão livre para realizar as emissões de acordo com seu próprio cronograma e necessidade;

4.3.4. Deverá constar no sistema as datas de emissão e validade dos certificados digitais já emitidos, além do quantitativo de certificados digitais ainda disponíveis para futuras emissões;

4.3.5. O sistema deverá emitir relatórios mensais detalhados dos certificados emitidos, chaves/tokens utilizados, ocorrências, dispositivos descartados e pendências;

4.3.6. Não haverá prazo máximo para as emissões, ficando o órgão livre para realizá-las de acordo com seu próprio cronograma e necessidade;

4.4 Sustentabilidade e Segurança

4.4.1. Toda reposição de dispositivos defeituosos ou obsoletos será acompanhada do respectivo descarte ecológico certificado, em empresa especializada, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.4.2. A CONTRATADA deverá possuir política de proteção de dados e apresentar declaração de conformidade com a LGPD, particularmente quanto ao tratamento de informações dos titulares.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os itens constantes do grupo adjudicado deverão ser entregues sob demanda, sem custos à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação no PNCP, devidamente acompanhados das respectivas Notas Fiscais, constando as especificações, as quais deverão ser atestadas por servidor designado;

5.2 Entregar, quando for o caso, juntamente ao bem/equipamento/produto, os respectivos manuais de instrução;

5.3 Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 dias úteis, mediante termo detalhado, quando será verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.4 Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificadas as exigências contratuais e especificações constantes neste Termo de Referência;

5.5 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todos os custos inerentes à prestação do objeto do contrato;

5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimentos nas modalidades telefônica e através de portal online do fabricante da solução;

5.6.1. A CONTRATADA é responsável por todas as etapas do atendimento, desde o diagnóstico até a confirmação de que a correção foi realizada com sucesso e deixar a ferramenta em plenas condições de operação;

5.6.2. No caso de não solução da anomalia, a CONTRATADA deverá providenciar, dentro do prazo de atendimento, a troca do token defeituoso, com emissão de novo certificado sem custo adicional;

5.7 Os prazos para a execução dos serviços se darão de acordo com o nível de serviço estabelecido no contrato;

5.8 O acompanhamento e a avaliação da execução do objeto serão procedidos pelo Fiscal do Contrato;

5.8.1. A análise desta avaliação poderá resultar em penalidades aplicáveis à CONTRATADA;

5.9 Após quaisquer atividades, o responsável técnico da CONTRATADA deverá fornecer o respectivo relatório técnico do atendimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.1.6. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.1.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.1.8. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.1.9. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.1.10. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

6.1.11. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

6.1.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º);

6.1.12.1. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

6.1.12.2. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2. Das obrigações da CONTRATADA

6.2.1. Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência;

6.2.2. Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito da CONTRATANTE;

6.2.3. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;

6.2.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;

6.2.5. Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, frete e deslocamentos;

6.2.6. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;

6.2.7. Manter o endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

6.2.8. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, duvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

6.2.9. Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

6.2.10. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

6.3. Do Gestor do Contrato

6.3.1. Entidade: Diretoria de Tecnologia da Informação do MPAL;

6.3.2. Função: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área, com atribuições gerenciais técnicas e operacionais;

6.3.3. Responsabilidades:

6.3.4. Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos neste Termo e no contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas, de imediato, aos seus superiores para a adoção das medidas pertinentes, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

6.3.5. Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as à unidade competente para análise e posterior pagamento;

6.3.6. Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

6.3.7. Informar as Diretorias de Programação e Orçamento e a Financeira, até 10 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou anulação de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

6.3.8. Manter sob sua guarda, cópias do Contrato em vigor e do respectivo Termo de Referência;

6.3.9. Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso.

6.4. Do Fiscal do Contrato

6.4.1. Entidade: A ser definida pela Área Administrativa.

6.4.2. Função: Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

6.4.3. Responsabilidades

6.4.3.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta contratação;

6.4.3.2. Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

6.4.3.3. Responder questões relativas a prorrogação de contrato, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;

6.4.3.4. Responder questões relativas a comunicação para abertura de nova licitação, antes de findo do contrato;

6.4.3.5. Responder questões relativas ao pagamento de faturas;

6.4.3.6. Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários a avaliação;

6.4.3.7. Comunicar à unidade técnica, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

6.4.3.8. Atentar para as alterações de interesse da Contratada que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução. Nas hipóteses alinhadas, cabe ao gestor juntar os pedidos no processo e informar o que for de sua alçada, encaminhando ao setor competente para análise e decisão;

6.4.3.9. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

6.4.3.10. Fiscalizar, com apoio da área técnica, o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das exigências legais e de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do contrato;

6.5. Do Representante da CONTRATADA

6.5.1. Entidade: Empresa Fornecedora

6.5.2. Função: Funcionário representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.5.3. Responsabilidades:

6.5.3.1. Informar à CONTRATANTE sobre problemas de quaisquer naturezas que possam impedir a entrega do serviço;

6.5.3.2. Acompanhar e manter-se atualizado quanto aos chamados técnicos de suporte e às manutenções corretivas;

6.6. Das sanções:

6.6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato e observando os dispositivos do Ato PGJ nº 1/2016 de 11 de janeiro de 2016, o Ministério Público do Estado de Alagoas poderá, garantida a prévia defesa da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

6.6.1.1. ADVERTÊNCIA – consistente em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das obrigações celebradas;

6.6.1.2. MULTA – a ser aplicada nos percentuais de 0,33% a 20%, de acordo com o Art. 5º do Ato PGJ nº 1/2016;

6.6.1.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado de Alagoas;

6.6.1.4. DESCREDENCIAMENTO ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Ministério Público do Estado de Alagoas;

6.6.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, subsequentes a disponibilização de acesso ao sistema on-line para emissões ou envio das chaves de acesso individuais, através de ordem bancária em Conta-Corrente de titularidade da empresa mediante apresentação da seguinte documentação:

7.1.1. Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

7.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;

7.1.3. Certidão Negativa de Débitos (CND) para com a Previdência Social emitida pela Receita Federal do Brasil;

7.1.4. Certificado de Regularidade de FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.2 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida nas demais alíneas do item 7.1, implicará a sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração do MPAL, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP
onde,
EM = Encargos moratórios;
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438

7.4 Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, multa imposta pelo MPAL, se for o caso;

7.5 O aceite/aprovação do material pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

7.6 Considera-se para efeito de pagamento o dia em que o Banco efetivar o crédito na conta-corrente do Fornecedor;

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12 Habilitação Jurídica:

8.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

8.12.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

8.12.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

8.12.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.12.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

8.12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

OU

8.12.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.14.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); ou

8.14.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.5. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.14.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.14.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.14.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.14.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado da contratação do serviço emissão de certificados digitais é de aproximadamente R$ 102.990,00 (cento e dois mil, novecentos e noventa reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual de Alagoas, inclusa no PPA – 2024-2027, no Programa de Trabalho: 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO – 00000259 – Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339040 – Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica;

11. GENERALIDADES

11.1 O CNPJ do Ministério Público de Alagoas é 12.472.734/0001-52;

11.2 Poderá ser solicitada amostra dos produtos da licitante vencedora do certame, em quaisquer de seus itens, para fins de testes;

11.2.1. Esses testes consistirão na instalação dos drivers/firmware, validação do certificado em sistemas-alvo (ex: SAJ/MP), e avaliação da integração do dispositivo ao ambiente tecnológico do MPAL.

11.3 A licitação objeto deste termo de referência poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos da Lei 14.133/21;

11.4 Ao contrato poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 14.133/21.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

1. DEFINIÇÃO E OBJETIVO

1.1. O presente Acordo de Nível de Serviço (ANS), ou Service Level Agreement (SLA), define os parâmetros de qualidade e prazos mínimos exigidos para o fornecimento, suporte técnico, substituição, manutenção e descarte sustentável dos Certificados Digitais e-CPF (ICP-Brasil) destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL), conforme Termo de Referência.

1.2. O objetivo deste instrumento é assegurar tempestividade e qualidade na prestação dos serviços, proporcionando alta disponibilidade dos certificados, atendimento ágil, infraestrutura segura, conformidade legal/ambiental e eficiência na gestão contínua do contrato.

2. CANAIS DE ATENDIMENTO

2.1. A CONTRATADA deverá garantir, durante toda a vigência contratual, canais eficazes para abertura e acompanhamento de chamados, acessíveis em dias úteis das 8h às 18h, compreendendo obrigatoriamente:

2.1.1. E-mail de Suporte: Endereço eletrônico oficial para registro formal das solicitações;

2.1.2. Help Desk/Telefone ou Portal Web: Meio para interação direta e acompanhamento das demandas.

3. INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO

3.1. Para mensuração da qualidade do serviço, fica estabelecido o indicador de Tempo de Solução de Chamados, definido conforme a tabela abaixo:

Indicador	Descrição	Meta/Prazo Máximo
Resposta Inicial a Chamados	Intervalo entre a abertura do chamado e o primeiro contato da equipe de suporte da CONTRATADA.	Até 8 (oito) horas úteis
Solução de Chamados Não Críticos	Tempo para solução definitiva de ocorrências gerais (consultas, dúvidas técnicas, problemas não impeditivos) a partir da abertura.	Até 48 (quarenta e oito) horas úteis
Solução de Chamados Críticos	Tempo para solução definitiva de ocorrências impeditivas ao uso em sistemas judiciais/essenciais, a partir da abertura do chamado.	Até 16 (dezesseis) horas corridas

Reposição de Token com Defeito	Intervalo da notificação de problema à entrega do novo token funcional, já com certificado associado e ativado.	Até 15 (quinze) dias corridos
Disponibilidade do Sistema Online	Percentual de tempo em que o sistema de controle, agendamento e acompanhamento das emissões se mantém operacional (24x7).	99,5% ao mês
Relatórios Mensais	Entrega do relatório consolidado de emissões, descartes, chamados e status do contrato.	Até 5º dia útil do mês subsequente
Comprovante de Descarte Sustentável	Prazo para fornecimento de documentação de destinação ambientalmente correta dos tokens descartados.	Até 30 (trinta) dias da substituição

4. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E CONTAGEM DE PRAZOS

4.1. O prazo de atendimento ou solução inicia-se (Dia 0) no exato momento do registro oficial da solicitação pela CONTRATANTE em qualquer dos canais previstos.

4.2. Para o cumprimento dos prazos pactuados neste SLA, entende-se por solução:

4.2.1. Resposta técnica conclusiva;

4.2.2. Restabelecimento integral das funcionalidades do certificado digital/token;

4.2.3. Substituição, quando necessária, por novo dispositivo operacional e em conformidade com o padrão ICP-Brasil.

4.3. A contagem dos prazos pode ser suspensa ("congelada") exclusivamente nas seguintes situações:

4.3.1. Caso haja pendência de ação exclusiva da CONTRATANTE (ex: validação de nota fiscal, liberação de acesso à rede interna);

4.3.2. Por motivos de força maior, justificados e comprovados documentalmente por ambas as partes.

5. DESCUMPRIMENTO E SANÇÕES

5.1. O descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste ANEXO implicará a aplicação de glosa proporcional ao valor da contratação, sem prejuízo de advertências, multas

moratórias/compensatórias e demais sanções previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

5.2. Cada chamado, entrega ou obrigação realizada fora dos prazos/métricas previstos neste Anexo sujeitará a CONTRATADA às penalidades a seguir, cumulativas quando cabível:

5.2.1. Glosa na fatura: Desconto de até 1% do valor do contrato por indicador descumprido, por evento.

5.2.2. Multa moratória: 0,5% ao dia sobre o valor da unidade/lote afetado, limitado a 20% do total contratado.

5.2.3. Advertência: Após 3 (três) reincidências por indicador, no mesmo mês.

5.2.4. Suspensão de pagamento e rescisão: Para descumprimento reiterado, indisponibilidade superior a 48 (quarenta e oito) horas consecutivas, ou falha na entrega/descarga de tokens certificados essenciais.

5.3. A reincidência no descumprimento de SLAs por três ou mais meses consecutivos poderá ensejar rescisão contratual por justa causa, a critério do MPAL, com abertura de novo certame.

6. BASE DE CONHECIMENTO (AUTOATENDIMENTO)

6.1. O fiscal do contrato poderá solicitar, a qualquer tempo, relatórios de controle, histórico de chamados, registros de atendimento e documentos ambientais dos descartes realizados, para fins de verificação das SLAs e auditoria contratual.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ANEXO III
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS E _____, PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF).

CONTRATANTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**, CNPJ nº 12.472.734/0001-54, com sede na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, na cidade de Maceió-AL, CEP 57025-400, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, (nome do representante), CPF nº.....

CONTRATADO(A): **(nome em negrito e caixa alta)**, CNPJ nº....., com sede (endereço completo), doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, representado(a) por seu(sua) (cargo do representante), (nome do representante), CPF nº.....

Tendo em vista o que consta no Expediente nº …….. e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ……../……, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a emissão de 300 (trezentos) certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, cuja geração e armazenamento seja em token USB novo, lacrado, homologado pela ICP-Brasil, inclusos a emissão, validação (presencial ou remota), entrega, suporte técnico, reposição em caso de defeito e demais obrigações, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSERV	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Certificado digital para pessoa física (e-CPF) com		Unidade	300		

	token					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. No entanto, na hipótese do item 2.2, e após o interregno de um ano, condicionado à solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, desde que seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato.

7.2.1. A formalização do aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar os responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 2% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

i. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5.% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,

para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA – 2024 – 2027, no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO – 00259 – Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Consultoria Jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Maceió-AL, …… de …… de ……..

Pela **CONTRATANTE:** Pela **CONTRATADA:**

_____ _____

TESTEMUNHAS:

Anexo 2

Descrição do Arquivo: **Portaria PGJ nº 1, de 2 de janeiro de 2024**

Data de Criação: **18/09/2026 11:05:10**

Despacho: 1. Remeta-se cópia do Ofício Circular n. 65/2023/CPE, via *e-mail* funcional, à Corregedoria-Geral, à Diretoria-Geral e ao Comitê de Tabelas Unificadas do Ministério Público do Estado de Alagoas, para os fins de direito. 2. Em seguida, arquive-se.

Coordenadoria de Interlocução com o CNMP, 2 de janeiro de 2024.

Willams Ferreira de Oliveira
Analista do Ministério Público

Humberto Pimentel Costa
Promotor de Justiça

Portarias

PORTARIA PGJ nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais legais e com fundamento no art. 6º, L e LX, art. 7º e art. 8º, todos da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuar como Agentes de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio nos procedimentos de contratação regidos pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021:

I – FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA, matrícula nº 825260-2; II – JOSEVÂNIO DE ALMEIDA LIMA, matrícula nº 825176-2; III – GINA ALENCAR MEDEIROS, matrícula nº 8255579-6; IV – JOSÉ ALDO PEREIRA DANTAS JUNIOR, matrícula nº 8255450-1.

§1º Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, os Agentes de Contratação designados na forma do caput deste artigo serão denominados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021, onde o responsável pela Coordenadoria de Licitações poderá atuar como pregoeiro.

§2º Compete aos Agentes de Contratação conduzir e coordenar a fase de seleção do fornecedor, caracterizada pelos atos compreendidos entre a publicação do edital da licitação ou divulgação do aviso de dispensa e a homologação do respectivo resultado.

§3º Compete ao responsável pela Coordenadoria de Licitações a distribuição dos processos de contratação a cada um dos agentes indicados na forma do caput deste artigo, bem como designar seus substitutos, nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Permanente de Contratação deste:

I – FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA, matrícula nº 825260-2; II – JOSEVÂNIO DE ALMEIDA LIMA, matrícula nº 825176-2; III – GINA ALENCAR MEDEIROS, matrícula nº 8255579-6; IV – JOSÉ ALDO PEREIRA DANTAS JUNIOR, matrícula nº 8255450-1.

Art. 3º Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente da Comissão de Contratação será substituído pelos demais integrantes, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§1º Compete à equipe de apoio prestar auxílio ao Agente de Contratação e/ou à Comissão de Contratação, observadas suas respectivas áreas de atuação, conhecimentos e habilidades, bem como o objeto a ser contratado.

§2º A Comissão de Contratação não poderá se reunir com número inferior a 3 (três) integrantes, nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao integrante que atuar como Presidente da Comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidora para substituir o integrante afastado ou impedido.

Art. 4º A designação de Comissão de Contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

Art. 5º Revoga-se a Portaria PGJ nº 20/2023.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de ANDRESSA LOUREIRO DE MENDONÇA ALVES AMARAL, Assessora de Gabinete, referentes ao mês de janeiro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 3, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de CARLOS HENRIQUE CAVALCANTI LIMA, Analista do Ministério Público – Área gestão pública, referentes ao mês de janeiro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 4, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de AMANDA CURY GERALDES, Assessora Técnica, referentes ao mês de janeiro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 5, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o servidor VICTOR MARINHO DE MELO MAGALHÃES, portador do CPF nº 049.657.234-22, Analista do Ministério Público – Gestão Pública, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, símbolo FG-C, do Quadro desta PGJ, até ulterior deliberação, com efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro do corrente ano, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ 25/2017.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**18/09/2026 11:19:09**
Origem	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Destino(s):	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 18/09/2026, às 11:19, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**21/09/2026 12:20:03**
Criador:	**PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**
Resumo:	**Análise da Controladoria Interna**

Análise da Controladoria Interna em anexo.

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 21/09/2026 12:20:03, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Análise da Controladoria Interna**

Data de Criação: **21/09/2026 12:20:03**

Ministério Público do Estado de Alagoas
Procuradoria Geral de Justiça
Controladoria Interna

D E S P A C H O

1. Trata-se de procedimento instaurado pela Diretoria de Tecnologia da Informação, visando a realização de licitação para aquisição de "Certificado Digital e-CPF comToken", para atender demanda deste Ministério Público Estadual. A aquisição tem custo estimado de R$ 102.988,50 (cento e dois mil novecentos e oitenta e oito reais cinquenta centavos).

2. O pedido será avaliado com base na Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos, e no Ato PGJ nº 05/2024, que disciplina o procedimento para aquisições e contratações de qualquer natureza no âmbito deste Ministério Público.

3. Destacamos que a contratação pretendida não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026 desta instituição, publicado no DOE de 27 de maio de 2026.

4. Em atenção ao rito estabelecido pelo Ato PGJ nº 05/2024, bem como às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021, foram juntados aos autos Análise de Riscos (fls. 07/09), Estudo Técnico Preliminar (fls. 11/18), Documento de Formalização da Demanda revisado (fls. 53/54), Termo de Referência revisado (fls. 56/72) e seus respectivos anexos (fls. 73/75). No que se refere à documentação que foi revisada, cumpre destacar que os documentos foram alterados após análise da Diretoria-Geral (fls. 43/44), a qual solicitou diligências que foram devidamente atendidas e sanadas pelo setor requisitante, conforme fls. 47/50 e fl. 79.

5. Em relação às justificativas do pedido em questão, vale destacar aquelas consignadas no item 2 do Termo de Referência, com destaque para a informação de que a "s*olicitação justifica-se em virtude da vindoura expiração dos prazos dos certificados atualmente utilizados por membros do MPE-AL, necessários para acesso aos processos virtuais do Poder Judiciário do Estado de Alagoas através dos sistemas SAJ/MP, e-SAJ e Eproc, além de servidores que necessitam utilizar a ferramenta para acesso a sistemas, em especial do Governo Federal, onde seu uso se faz obrigatório*".

6. Destacamos o objeto da licitação em questão, descrito no item 3.1 do Termo de Referência, o qual é composto por item único, com estimativa de aquisição de 300 (trezentos) certificados para pessoa física (e-CPF) com token e validade mínima de 36 (trinta e seis) meses. Vale destacar, ainda, o critério de julgamento dos preços estabelecido no item 8 do Termo de Referência, qual seja, o de "menor preço", bem como foi justificado o quantitativo estimado do objeto (fls. 47/50).

7. Nos termos do artigo 13º, do Ato PGJ nº 05/2024, foi elaborada a estimativa do valor da licitação, resumida pelo Relatório de Pesquisa de Preço de fls. 98/99, tendo como base a documentação de fls. 85/94, sendo que os preços obtidos foram resumidos pelo Setor de Compras no Orçamento nº 062/2026 (fl. 96). Verifica-se que a pesquisa de preço optou pelas modalidades previstas nos incisos II e III do art. 23, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, contratações similares feitas pela Administração Pública e utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência

formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, sendo registrados 04 (quatro) preços de referência para o item único do objeto. Foi utilizada como base os procedimentos definidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme determinado pelo Ato PGJ nº 05/2024. O método estatístico usado pelo Setor de Compras foi a média de preço, resultando no valor global estimado de R$ 102.988,50 para a aquisição da totalidade do objeto, sendo que o preço unitário registrado foi de R$ 343,30 por certificado. Vale destacar a manifestação do Setor de Compras às fls. 82/83, fls.111/112 e fls. 116/117, que levaremos em consideração, concluindo que "*diante da solidez do conjunto amostral e em atenção à solicitação da Coordenadoria de Licitações para que este Setor declare expressamente a metodologia orçamentária final, INDICAMOS e JUSTIFICAMOS a adoção da MÉDIA ARITMÉTICA MÓDICA de toda a série de preços praticados*".

9. A única observação desta Controladoria Interna refere-se ao apontamento do Setor de Compras às fls. 111/112, que destacou a aparente discrepância entre o valor encontrado na pesquisa feita de preços praticados pela Administração Pública (R$ 130,00) e dos preços obtidos em portais privados varejistas de domínio amplo, com médias superiores a R$ 390,00, atribuindo tal diferença ao ganho de escala e à disputa concorrencial característica das contratações públicas. Nesse sentido, recomendamos que, no procedimento licitatório, seja realizada análise crítica dos valores efetivamente obtidos, a fim de verificar se os preços resultantes do certame guardam compatibilidade com aqueles indicados na pesquisa de preços e, consequentemente, se refletem os valores praticados pela Administração Pública para o objeto em questão.

10. A manifestação da Diretoria de Programação e Orçamento consta à fl. 101 e Diretoria de Contabilidade e Finanças consta à fl. 103, destacando a disponibilidade orçamentária e financeira para atender o pedido, nos termos do art. 14º, do Ato PGJ nº 05/2024.

11. Por fim, em atendimento ao artigo 16º, do Ato PGJ nº 05/2024, juntaram-se aos autos as minutas do edital do pregão eletrônico (fls. 123/146), do termo de referência e anexo (fls. 147/164) e do contrato (fls. 165/176). Não identificamos nesses documentos nenhuma cláusula que obste o prosseguimento do feito.

12. Pelo exposto, por entendermos que o presente feito encontra-se regular, encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica, para análise e parecer, observando nossa recomendação realizada no item 9 deste Despacho.

Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira
Diretora da Controladoria Interna – Analista/Área Jurídica

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**21/09/2026 12:20:20**
Origem	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Destino(s):	**CONSULTORIA JURÍDICA (ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 21/09/2026, às 12:20, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Parecer Jurídico/Técnico (920339)

Data do Movimento:	**23/09/2026 11:51:02**
Criador:	**ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA**
Resumo:	**PARECER**

Administrativo. Abertura de Processo Licitatório. Controle Prévio de Legalidade. Pregão Eletrônico. Contratação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexo. Menor preço por item. Modo de disputa aberto e fechado. Orçamento não sigiloso. Incidência da Lei nº 14.133/21. Ato PGJ nº 05/2024. Regularidade Jurídica. Recomendação. Aprovação.

Movimento assinado eletronicamente por **ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA***, em 23/09/2026 11:51:02, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **PARECER**

Data de Criação: **23/09/2026 11:51:02**

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA

Número do Expediente: nº 20.08.1330.0000279/2026-37
Interessado: Ismaquias Farias da Silva - Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional
Assunto: Aquisição de Certificado Digital e-CPF com Token

Administrativo. Abertura de Processo Licitatório. Controle Prévio de Legalidade. Pregão Eletrônico. Contratação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexo. Menor preço por item. Modo de disputa aberto e fechado. Orçamento não sigiloso. Incidência da Lei nº 14.133/21. Ato PGJ nº 05/2024. Regularidade Jurídica. Recomendação. Aprovação.

Sr. Procurador-Geral de Justiça,

1. Evoluíram-se os presentes autos a esta Consultoria Jurídica, acerca de pedido de abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, que tem como objeto aquisição de "Certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, para atender demanda deste Ministério Público Estadual. A aquisição tem custo estimado de R$ 102.988,50 (cento e dois mil novecentos e oitenta e oito reais cinquenta centavos.

2. Instruem ainda o procedimento:

a. Documento de Formalização da Demanda; (fls. 53/54)
b. Estudo Técnico Preliminar; (fls. 11/18)
c. Termo de Referência Atualizado; (fls. 147/164)
d. Análise de Riscos; (fls. 07/09)
e. Pesquisa de Preço nº. 58/2026 (fls.98/99);
f. Indicação da disponibilidade Orçamentária e financeira (fls.101/103);
g. Minutas do Edital na modalidade Pregão Eletrônico (fls. 124/146);

h. Minuta do Termo Contratual atualizada (fls. 165/ 176);
i. Parecer da Controladoria Interna (183/184).

3. Recebido o feito pelo agente de contratação, o pregoeiro Sr. Fernando Antônio Vasco da Gama, conforme portaria de nomeação, anexou aos autos minuta do Edital de Pregão Eletrônico e do contrato, solicitando parecer jurídico acerca do mencionado meio de convocação licitatório.

4. Submetido à Controladoria Interna (fls. 183/184) esta entendeu que o feito encontra-se regular encaminhando os autos a Consultoria Jurídica para análise e parecer, recomendando análise do apontamento realizado pelo setor de compras, quanto ao valor encontrado na pesquisa de preço.

É a síntese do relatório.

I – ANÁLISE JURÍDICA

5. Passa-se ao parecer. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II -redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica (...)

6. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

7. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não,

tais ponderações. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Consultoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência

9. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
>
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
>
> IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a elaboração do edital de licitação;
>
> VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
>
> VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
>
> VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
>
> IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como

> justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
>
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
>
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

10. Quanto a modalidade adotada, a mesma mostra-se escorreita, porquanto consoante o art. 29, da Lei n.º 14.133/2021, deve-se adotar o pregão para contratação de serviços de objetos que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Neste sentido, tem-se as condições para a contratação descrito no item 1 do Termo de Referência, vale destacar que a contratação envolve 1 (um) item: 1- Certificado Digital para pessoa física (e-CPF) com Token (Padrão: ICP-Brasil; Nível: A3; Tipo: e-CPF; Validade: Mínimo de 30 (trinta) meses). Assim, a contratação se destina a garantir a continuidade, segurança, autenticidade e validade jurídica das operações eletrônicas do MPE-AL, em observância à LGPD, às diretrizes de segurança da informação, e à política de transformação digital da instituição.

11. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu o uso da modalidade Pregão quando "o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado", ou seja, para aquisição de bens e serviços comuns. Além disso, a Lei previu que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. In verbis:

> Lei nº 14.133/2021:
>
> Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
>
> (…)
>
> § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
>
> (...)
>
> Art. 28. São modalidades de licitação:
>
> I – pregão;
>
> (...)

> Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado**.
>
> Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. (Grifo nosso) .

12. Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, menor preço POR ITEM, conforme item 1 do edital, atende o que determina o art. 6°, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> [...]
>
> XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto**.** (Grifei)

13. A Lei n. 14.133/2021, consigna os documentos que o Ministério Público deve elaborar para o adequado planejamento da contratação, são eles:

a) documento para formalização da demanda - DFD;

b**)** estudo técnico preliminar - ETP;

c) mapa de risco;

d) termo de referência – TR.

14. Tais documentos constam nos autos, conforme relatório acima. Não obstante o seu caráter técnico, seguem considerações jurídicas a seu respeito.

15. Da análise do documento de formalização da demanda fora justificada e informada a necessidade da contratação:

> "A contratação é necessária para garantir a continuidade e segurança das operações digitais, integridade, autenticidade, validade jurídica dos atos e conformidade à legislação vigente, evitando interrupções no acesso a processos judiciais eletrônicos e a sistemas do Governo Federal. A prestação contínua desse serviço é fundamental para manter o pleno funcionamento e a segurança operacional nos sistemas".

16. No caso, verifica-se que a Administração juntou o estudo técnico preliminar às fls. 11/18, Percebe-se que o referido documento contém, em geral, os elementos determinados pela legislação, de acordo com Art. 18º §1 da Lei nº 14.133/21:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> (…)
>
> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
>
> III - requisitos da contratação;
>
> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
>
> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
>
> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
>
> VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
>
> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
>
> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
>
> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
>
> XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
>
> § 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.
>
> § 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

17. No âmbito do planejamento da contratação, a Administração deve, a partir da necessidade administrativa identificada, avaliar as soluções disponíveis no mercado aptas a atendê-la, de modo a fundamentar a escolha da alternativa mais adequada ao interesse público. No caso em análise, o ETP contempla o levantamento e a análise das alternativas de mercado existentes para o atendimento da demanda, conforme descrito a seguir:

> Após análise de alternativas de mercado e experiências de outros órgãos, **a contratação da solução completa integrada** é a única tecnicamente adequada e a mais vantajosa economicamente para o MPE-AL, garantindo cumprimento de todas as obrigações legais, padronização, rastreabilidade, segurança, simplificação do controle e atendimento pleno ao interesse público.

18. O gerenciamento de riscos fls. 07/09 se efetiva por meio da elaboração de mapa de riscos que, no caso, foi devidamente confeccionado, destacando os riscos: 1. Subdimensionamento ou Superdimensionamento da Quantidade; 2. Atraso na Emissão/Validação dos Certificados; 3. Falha ou Defeito no Token/Certificado; 4. RVazamento, Perda ou Uso Indevido de Chave Privada; 5. Incompatibilidade com SAJ, e-Proc e SEI; 6. Vazamento ou uso indevido dos dados dos titulares e 7. Expiração ou Falha na Renovação de

Licenças. Restam indicadas a probabilidade de ocorrência, o impacto, o dano, a ação preventiva e de contingência, além do responsável por sua execução.

19. Sobre o orçamento estimado da contratação, o tema é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, onde é estabelecida a necessidade de compatibilidade com valores praticados no mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, sendo que, para compras, devem ser considerados os parâmetros previstos em seu §1º.

20. Nos termos do artigo 13º, do Ato PGJ nº 05/2024, verifica-se que o setor requisitante elaborou a pesquisa de preços n° 058/2026 às fls. 98/99, tendo como base de preços as contratações similares feitas pela Administração Pública para objeto similar. Em análise preliminar realizada pela Coordenaria de Licitações restou consignado "que foram apurados dois resultados: R$ 102.988,50, correspondente à média aritmética, e R$ 120.627,00, correspondente à mediana de mercado", após diligência o setor de compras arrematou às fls. 116: "restando devidamente fundamentada a manutenção do preço público de R$ 130,00 na amostragem e indicada objetivamente a Média Aritmética Módica no valor global de R$ 102.988,50 como a estimativa orçamentária final mais vantajosa para o certame licitatório", sendo informado que foram seguidos os procedimentos definidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

21. Ainda quanto à pesquisa de preços, observa-se que o Setor de Compras, às fls. 111/112, identificou aparente discrepância entre o valor de R$ 130,00, obtido a partir de contratações realizadas pela Administração Pública, e os valores encontrados em portais privados varejistas de domínio amplo, cujas médias se mostraram superiores a R$ 390,00. Embora a diferença possa encontrar justificativa nas condições próprias das contratações públicas, notadamente em razão do ganho de escala e da dinâmica concorrencial inerente ao procedimento licitatório, *entende-se pertinente a recomendação da Controladoria Interna para que, após a realização do certame, seja efetuada análise crítica dos preços efetivamente obtidos, confrontando-os com os parâmetros utilizados na pesquisa de preços. Tal providência permitirá verificar a compatibilidade do resultado da licitação com os valores de referência adotados e aferir, concretamente, a adequação dos preços ofertados ao mercado e ao interesse da Administração.*

22. O Termo de Referência é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor

da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021).

23. É importante registrar que o termo de referência é documento de natureza técnica e deve observar os elementos do inciso XXIII, artigo 6º, Lei n. 14.133/2021. Desse modo, formalmente, destaca-se que o TR observou as exigências da regra jurídica citada.

24. Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

25. No que toca ao prazo de vigência, observa-se que o item 1.3 do TR contém previsão que o prazo de vigência da contratação é de 36 meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ou reequilibrado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247. No caso em análise, justificou-se o não parcelamento da solução conforme item 8 do Estudo Técnico Preliminar "A não divisão em lotes se justifica pela necessidade de uniformidade, padronização técnica e de suporte, integração dos sistemas de controle, maior economicidade, redução de custos operacionais, além de facilitar a administração e a fiscalização do contrato, com pleno atendimento ao interesse público".

27. A Lei n. 14.133/2021 dispõe no artigo 4º que as disposições dos artigos 42 a 49 da LC n. 123/2006 são aplicadas as licitações e contratos administrativos por ela disciplinados. Em razão disso, o regime constitucional de tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte tem de ser observado no regime geral de contratações públicas. Nesse diapasão, a Minuta do Edital trouxe as seguintes considerações nos itens 2.6 e 2.7:

> 2.6. Não haverá participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
>
> 2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e figuras equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º

28. Quanto a disponibilidade orçamentária, em atenção ao art. 6º, XXIII, "j", c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, consta declaração do setor competente acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

29. Do que se observa do procedimento encaminhado à assessoria jurídica presentes estão os requisitos da fase de planejamento. O conteúdo de cunho administrativo, não será objeto de análise da assessoria jurídica, apenas os aspectos legais pertinentes a legislação federal, Lei n. 14.133/2021 e o Ato PGJ nº 05/2024.

30. Ademais, juntou-se aos autos a minuta do edital, e a minuta do termo contratual, esta elaborada em conjunto com a Coordenadoria de Contratos e Convênios, como preconiza o art. 16 do Ato PGJ nº 05/2024. O artigo 25 da Lei n.º 14.133/2021 prevê os elementos básicos de um edital:

> Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.
>
> § 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.
>
> § 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.
>
> § 3º Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.
>
> § 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.
>
> § 5º O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela:
>
> I - obtenção do licenciamento ambiental;
>
> II - realização da desapropriação autorizada pelo poder público.
>
> § 6º Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos desta Lei terão prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.

> § 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
>
> § 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:
>
> I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;
>
> II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.
>
> § 9º O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por:
>
> I - mulheres vítimas de violência doméstica; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência
>
> II - oriundos ou egressos do sistema prisional.

31. Nesse sentido, a minuta de edital juntada nos autos dispõe sobre: preâmbulo; objeto; condições para participação e credenciamento; cadastramento da proposta; abertura da sessão pública e classificação da proposta; início da disputa e formulação de lances; benefício às microempresas e empresas de pequeno porte; julgamento; negociação; verificação da conformidade ou da prova conceito; aceitabilidade da proposta; habilitação; declaração da licitante vencedora; recurso; adjudicação e homologação; infrações e sanções administrativas; assinatura do contrato; vigência e eficácia do contrato; controle e alterações de preços; obrigações do fornecedor; alterações de preços; classificação orçamentária; forma de pagamento; contrato, gestão e fiscalização; prazo e local de entrega dos materiais; regime de execução; extinção; impugnação ao edital e disposições gerais.

32. Em relação ao contrato administrativo, este é um instrumento pelo qual se prescreve um acordo de vontades vinculado a um objetivo relacionado à determinada prestação que detenha valor econômico, sujeito ao Direito Público.

33. O artigo 92 da Lei n.º 14.133/2021 preconiza as cláusulas necessárias nos contratos, ao passo que a minuta aposta no evento contempla os elementos exigidos, tais como: o objeto e seus elementos característicos; da vigência; modelo de execução do objeto; modelo de gestão do contrato; da contratação; do preço; do pagamento; das obrigações da contratante; das obrigações da contratada; infrações e sanções administrativas; da extinção contratual; da dotação orçamentária; da garantia de execução; dos casos omissos; das alterações; da vinculação ao edital; da publicidade; da proteção de dados; das disposições gerais; do foro; da

assinatura.

34. Após a análise da minuta, não foram constatadas impropriedades jurídicas que impeçam, após o regular processo licitatório, a subscrição do instrumento pela Administração.

35. Conforme art. 54, *caput* e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas, bem como em jornal de grande circulação.

36. No caso, deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 55, II, "a", Lei nº 14.133, de 2021).

36. Destaca-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, manifesta-se esta Consultoria Jurídica pela REGULARIDADE JURÍDICA, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão.

Recomenda-se a Coordenaria de Licitações observância do item 21 deste parecer.

É o parecer, submetido à apreciação de Vossa Excelência.

Maceió, 23 de setembro de 2026.

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA
Consultora Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**23/09/2026 11:52:36**
Origem	**CONSULTORIA JURÍDICA (ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA)**
Destino(s):	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA**, em 23/09/2026, às 11:52, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**24/09/2026 12:32:28**
Criador:	**LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Abertura de Processo Licitatório. Controle Prévio de Legalidade. Pregão Eletrônico. Contratação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexo. Menor preço por item. Modo de disputa aberto e fechado. Orçamento não sigiloso. Incidência da Lei nº 14.133/21. Ato PGJ nº 05/2024. Regularidade Jurídica. Recomendação. Aprovação."

Defiro. Vão os autos à Diretoria de Programação e Orçamento para providências.

Movimento assinado eletronicamente por **LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO***, em 24/09/2026 12:32:28, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/09/2026 08:31:28**
Origem	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO)**
Destino(s):	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO***, em 25/09/2026, às 08:31, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Certidão / Informação (920272)

Data do Movimento:	**25/09/2026 08:32:53**
Criador:	**ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**
Resumo:	**Certidão / Informação (920272)**

Certifico que o despacho foi publicado na Edição nº1672 do Diário Oficial Eletrônico do MP/AL, no dia 25 de setembro de 2026.

Isadora Aguiar Ferreira da Silva
Assessora de Gabinete

Movimento assinado eletronicamente por **ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**, em 25/09/2026 08:32:53, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/09/2026 08:35:08**
Origem	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA)**
Destino(s):	**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO (JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS)**
Resumo:	**Certificado de publicação**

Movimento assinado eletronicamente por **ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**, em 25/09/2026, às 08:35, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/09/2026 09:15:09**
Origem	**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO (JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**TRAMITADO A PEDIDO**

Movimento assinado eletronicamente por **JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS**, em 25/09/2026, às 09:15, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**25/09/2026 09:52:01**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Retornem os autos ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para retificação do encaminhamento do despacho.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 25/09/2026 09:52:01, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/09/2026 09:54:42**
Origem	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Destino(s):	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 25/09/2026, às 09:54, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**25/09/2026 09:55:48**
Criador:	**LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Abertura de Processo Licitatório. Controle Prévio de Legalidade. Pregão Eletrônico. Contratação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexo. Menor preço por item. Modo de disputa aberto e fechado. Orçamento não sigiloso. Incidência da Lei nº 14.133/21. Ato PGJ nº 05/2024. Regularidade Jurídica. Recomendação. Aprovação."

Defiro. Vão os autos à Coordenadoria de Licitações para providências.

Movimento assinado eletronicamente por **LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO***, em 25/09/2026 09:55:48, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/09/2026 09:55:59**
Origem	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO)**
Destino(s):	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO***, em 25/09/2026, às 09:55, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Certidão / Informação (920272)

Data do Movimento:	**28/09/2026 08:47:09**
Criador:	**ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**
Resumo:	**Certidão / Informação (920272)**

Certifico que o despacho foi republicado na Edição nº 1673 do Diário Oficial Eletrônico do MP/AL, no dia 28 de setembro de 2026.

Isadora Aguiar Ferreira da Silva
Assessora de Gabinete

Movimento assinado eletronicamente por **ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**, em 28/09/2026 08:47:09, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1330.0000279/2026-37

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**28/09/2026 08:47:36**
Origem	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**Certificado de publicação**

Movimento assinado eletronicamente por **ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**, em 28/09/2026, às 08:47, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:27**.

Eletrônico (920325)

Data do Movimento:	**28/09/2026 10:28:51**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Edital de licitação**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026
GED Nº 20.08.1330.0000279/2026-37

OBJETO: Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA: 14/10/2026 às 09:00 no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

UASG: 453791

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 50/2026

INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se disponível em www.gov.br/pncp.

Maceió, 24 de setembro de 2026.

FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA
Coordenador de Licitações

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 28/09/2026 10:28:51, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Edital**

Data de Criação: **28/09/2026 10:28:51**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO
50/2026

CONTRATANTE (UASG)
453791

OBJETO
Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 102.990,00 (cento e dois mil, novecentos e noventa reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 14/10/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026

GED Nº 20.08.1330.0000279/2026-37

Torna-se público que o Ministério Público do Estado de Alagoas, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediado na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço – Maceió/AL, CEP 57.025-400, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não haverá participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e figuras equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas, bem como os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do órgão licitante;

6.20.2.2. Empresas brasileiras;

6.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpal.mp.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. Fraudar a licitação;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4

que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@mpal.mp.br, devendo o interessado fazer referência a que edital se refere.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/pncp.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

Maceió, 24 de setembro de 2026.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para emissão de 300 (trezentos) certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, cuja geração e armazenamento seja em token USB novo, lacrado, homologado pela ICP-Brasil. No serviço estão inclusos a emissão, validação (presencial ou remota), entrega, suporte técnico, reposição em caso de defeito e demais obrigações, conforme especificações deste Termo de Referência;

1.2. Natureza do Objeto: Prestação de serviço de tecnologia da informação classificada como serviço comum e disponível em ampla oferta no mercado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme legislação vigente;

1.3. Vigência: Até o final do período de validade dos certificados digitais (36 meses), podendo ser prorrogado ou reequilibrado nas hipóteses legais;

1.4. Todos os atendimentos e intervenções técnicas deverão ser realizados por profissionais capacitados e autorizados pelo fabricante/homologador do token, mediante análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação se destina a garantir a continuidade, segurança, autenticidade e validade jurídica das operações eletrônicas do MPE-AL, em observância à LGPD, às diretrizes de segurança da informação, e à política de transformação digital da instituição.

2.2. A solicitação justifica-se em virtude da vindoura expiração dos prazos dos certificados atualmente utilizados por membros do MPE-AL, necessários para acesso aos processos virtuais do Poder Judiciário do Estado de Alagoas através dos sistemas SAJ/MP, e-SAJ e Eproc, além de servidores que necessitam utilizar a ferramenta para acesso a sistemas, em especial do Governo Federal, onde seu uso se faz obrigatório.

2.3. O quantitativo proposto leva em conta reposições, crescimento institucional e possíveis contratações futuras, observando histórico dos últimos exercícios e estimativa de expansão até o fim da vigência. O quantitativo poderá ser revisto em aditivo, conforme surgimento de novas demandas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Lote 1: Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF) padrão ICP-Brasil, tipo A3, instalados em Token USB:

LOTE 1			
Item	**1**	**Valor Unitário Médio**	**R$ 343,30**
Quantidade	**300**	**Valor Total Médio**	**R$ 102.990,00**
Objeto	**Certificado Digital para pessoa física (e-CPF) com Token**		

Caracteristicas:
•Padrão: ICP-Brasil;
•Nível: A3;
•Tipo: e-CPF
•Validade: Mínimo de 36 meses;

Os tokens criptográficos devem conter as configurações abaixo relacionadas:

•Deverá ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
•Totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3;
•Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);
•Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
•Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
•Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;
•Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits;
•Possuir carcaça resistente à água e à violação;
•Fornecer driver e programa de gerenciamento para o sistema operacional Microsoft Windows 7, 10, 11 e versões superiores;
•Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4;
•Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres;
•Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
•Permitir geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos;
•Permitir gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459;
•Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução;
•Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
•Permitir reinicialização de senha mediante utilização de PUK (Pin Unlock Key);
•Suportar, pelo menos, os seguintes navegadores: Microsoft Internet Explorer (versão 9.0 e

superiores), Firefox (versão 35.0 e superiores) e Google Chrome (versão 42.0 e superiores);
•Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo;
•Bloquear o dispositivo após dez tentativas de autenticação com códigos inválidos;
•Bloquear a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do token;
•O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil.

Certificados A3:

•Garantir a correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período de 36 meses para o certificado do tipo A3 contados a partir da data de emissão do certificado;
•Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o MPE-AL;

Token:

•Garantia mínima de 12 meses, contado a partir da data de emissão do certificado digital;
•Nesse período, caso o dispositivo apresente defeito, a empresa contratada deverá realizar, no prazo de 15 dias, contados da notificação feita pelo MPE-AL, troca do dispositivo defeituoso por outro novo, de primeiro uso, com, no mínimo, as mesmas características do objeto contratado contendo um certificado digital A3;

3.2 Atualização e Suporte

3.2.1. O fornecedor deverá garantir a atualização dos drivers, firmware e demais componentes sempre que requerido por alterações regulatórias ou evolução tecnológica do ICP-Brasil, inclusive para modelos homologados superiormente ao objeto do contrato.

3.3 A eventual necessidade de troca do token/certificado por atualização tecnológica será sem ônus para o órgão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Habilitação

4.1.1. Atender os requisitos de Habilitação previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

4.1.2. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa proponente em prestação de serviços pertinente e compatível ao objeto da licitação;

4.1.3. Atender as exigências deste Termo de Referência e seus anexos.

4.2 Padrões de Atendimento

4.2.1. Disponibilizar pontos físicos de atendimento para emissão dos certificados em Maceió, Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia;

4.2.2. Atendimento remoto via videoconferência para validação, a critério do servidor/membro;

4.2.3. Suporte técnico por telefone, chat, e-mail e portal do fabricante, com prazo de resposta máximo de 8h úteis para primeiro atendimento e de 48h para solução;

4.3 Sistema de Gerenciamento

4.3.1. Disponibilizar sistema online para controle (emissão, agendamento, acompanhamento, prazos, histórico de chamados). O acesso do órgão deve ser irrestrito até a expiração do último certificado;

4.3.2. Fornecimento alternativo via chaves, vouchers ou tokens de acesso, válidos por toda vigência do contrato;

4.3.3. Esses vouchers ou tokens não terão prazo de validade para serem utilizados, ficando o órgão livre para realizar as emissões de acordo com seu próprio cronograma e necessidade;

4.3.4. Deverá constar no sistema as datas de emissão e validade dos certificados digitais já emitidos, além do quantitativo de certificados digitais ainda disponíveis para futuras emissões;

4.3.5. O sistema deverá emitir relatórios mensais detalhados dos certificados emitidos, chaves/tokens utilizados, ocorrências, dispositivos descartados e pendências;

4.3.6. Não haverá prazo máximo para as emissões, ficando o órgão livre para realizá-las de acordo com seu próprio cronograma e necessidade;

4.4 Sustentabilidade e Segurança

4.4.1. Toda reposição de dispositivos defeituosos ou obsoletos será acompanhada do respectivo descarte ecológico certificado, em empresa especializada, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.4.2. A CONTRATADA deverá possuir política de proteção de dados e apresentar declaração de conformidade com a LGPD, particularmente quanto ao tratamento de informações dos titulares.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os itens constantes do grupo adjudicado deverão ser entregues sob demanda, sem custos à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação no PNCP, devidamente acompanhados das respectivas Notas Fiscais, constando as especificações, as quais deverão ser atestadas por servidor designado;

5.2 Entregar, quando for o caso, juntamente ao bem/equipamento/produto, os respectivos manuais de instrução;

5.3 Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 dias úteis, mediante termo detalhado, quando será verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.4 Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificadas as exigências contratuais e especificações constantes neste Termo de Referência;

5.5 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todos os custos inerentes à prestação do objeto do contrato;

5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimentos nas modalidades telefônica e através de portal online do fabricante da solução;

5.6.1. A CONTRATADA é responsável por todas as etapas do atendimento, desde o diagnóstico até a confirmação de que a correção foi realizada com sucesso e deixar a ferramenta em plenas condições de operação;

5.6.2. No caso de não solução da anomalia, a CONTRATADA deverá providenciar, dentro do prazo de atendimento, a troca do token defeituoso, com emissão de novo certificado sem custo adicional;

5.7 Os prazos para a execução dos serviços se darão de acordo com o nível de serviço estabelecido no contrato;

5.8 O acompanhamento e a avaliação da execução do objeto serão procedidos pelo Fiscal do Contrato;

5.8.1. A análise desta avaliação poderá resultar em penalidades aplicáveis à CONTRATADA;

5.9 Após quaisquer atividades, o responsável técnico da CONTRATADA deverá fornecer o respectivo relatório técnico do atendimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.1.6. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.1.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.1.8. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.1.9. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.1.10. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

6.1.11. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

6.1.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º);

6.1.12.1. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

6.1.12.2. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2. Das obrigações da CONTRATADA

6.2.1. Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência;

6.2.2. Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito da CONTRATANTE;

6.2.3. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;

6.2.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;

6.2.5. Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, frete e deslocamentos;

6.2.6. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;

6.2.7. Manter o endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

6.2.8. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, duvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

6.2.9. Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

6.2.10. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

6.3. Do Gestor do Contrato

6.3.1. Entidade: Diretoria de Tecnologia da Informação do MPAL;

6.3.2. Função: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área, com atribuições gerenciais técnicas e operacionais;

6.3.3. Responsabilidades:

6.3.4. Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos neste Termo e no contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas, de imediato, aos seus superiores para a adoção das medidas pertinentes, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

6.3.5. Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as à unidade competente para análise e posterior pagamento;

6.3.6. Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

6.3.7. Informar as Diretorias de Programação e Orçamento e a Financeira, até 10 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou anulação de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

6.3.8. Manter sob sua guarda, cópias do Contrato em vigor e do respectivo Termo de Referência;

6.3.9. Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso.

6.4. Do Fiscal do Contrato

6.4.1. Entidade: A ser definida pela Área Administrativa.

6.4.2. Função: Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

6.4.3. Responsabilidades

6.4.3.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta contratação;

6.4.3.2. Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

6.4.3.3. Responder questões relativas a prorrogação de contrato, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;

6.4.3.4. Responder questões relativas a comunicação para abertura de nova licitação, antes de findo do contrato;

6.4.3.5. Responder questões relativas ao pagamento de faturas;

6.4.3.6. Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários a avaliação;

6.4.3.7. Comunicar à unidade técnica, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

6.4.3.8. Atentar para as alterações de interesse da Contratada que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução. Nas hipóteses alinhadas, cabe ao gestor juntar os pedidos no processo e informar o que for de sua alçada, encaminhando ao setor competente para análise e decisão;

6.4.3.9. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

6.4.3.10. Fiscalizar, com apoio da área técnica, o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das exigências legais e de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do contrato;

6.5. Do Representante da CONTRATADA

6.5.1. Entidade: Empresa Fornecedora

6.5.2. Função: Funcionário representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.5.3. Responsabilidades:

6.5.3.1. Informar à CONTRATANTE sobre problemas de quaisquer naturezas que possam impedir a entrega do serviço;

6.5.3.2. Acompanhar e manter-se atualizado quanto aos chamados técnicos de suporte e às manutenções corretivas;

6.6. Das sanções:

6.6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato e observando os dispositivos do Ato PGJ nº 1/2016 de 11 de janeiro de 2016, o Ministério Público do Estado de Alagoas poderá, garantida a prévia defesa da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

6.6.1.1. ADVERTÊNCIA – consistente em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das obrigações celebradas;

6.6.1.2. MULTA – a ser aplicada nos percentuais de 0,33% a 20%, de acordo com o Art. 5º do Ato PGJ nº 1/2016;

6.6.1.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado de Alagoas;

6.6.1.4. DESCREDENCIAMENTO ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Ministério Público do Estado de Alagoas;

6.6.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, subsequentes a disponibilização de acesso ao sistema on-line para emissões ou envio das chaves de acesso individuais, através de ordem bancária em Conta-Corrente de titularidade da empresa mediante apresentação da seguinte documentação:

7.1.1. Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

7.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;

7.1.3. Certidão Negativa de Débitos (CND) para com a Previdência Social emitida pela Receita Federal do Brasil;

7.1.4. Certificado de Regularidade de FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.2 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida nas demais alíneas do item 7.1, implicará a sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração do MPAL, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP
onde,
EM = Encargos moratórios;
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438

7.4 Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, multa imposta pelo MPAL, se for o caso;

7.5 O aceite/aprovação do material pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

7.6 Considera-se para efeito de pagamento o dia em que o Banco efetivar o crédito na conta-corrente do Fornecedor;

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12 Habilitação Jurídica:

8.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

8.12.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

8.12.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

8.12.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.12.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

8.12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

OU

8.12.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.14.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); ou

8.14.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.5. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.14.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.14.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.14.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.14.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado da contratação do serviço emissão de certificados digitais é de aproximadamente R$ 102.990,00 (cento e dois mil, novecentos e noventa reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual de Alagoas, inclusa no PPA – 2024-2027, no Programa de Trabalho: 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO – 00000259 – Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339040 – Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica;

11. GENERALIDADES

11.1 O CNPJ do Ministério Público de Alagoas é 12.472.734/0001-52;

11.2 Poderá ser solicitada amostra dos produtos da licitante vencedora do certame, em quaisquer de seus itens, para fins de testes;

11.2.1. Esses testes consistirão na instalação dos drivers/firmware, validação do certificado em sistemas-alvo (ex: SAJ/MP), e avaliação da integração do dispositivo ao ambiente tecnológico do MPAL.

11.3 A licitação objeto deste termo de referência poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos da Lei 14.133/21;

11.4 Ao contrato poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 14.133/21.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

1. DEFINIÇÃO E OBJETIVO

1.1. O presente Acordo de Nível de Serviço (ANS), ou Service Level Agreement (SLA), define os parâmetros de qualidade e prazos mínimos exigidos para o fornecimento, suporte técnico, substituição, manutenção e descarte sustentável dos Certificados Digitais e-CPF (ICP-Brasil) destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL), conforme Termo de Referência.

1.2. O objetivo deste instrumento é assegurar tempestividade e qualidade na prestação dos serviços, proporcionando alta disponibilidade dos certificados, atendimento ágil, infraestrutura segura, conformidade legal/ambiental e eficiência na gestão contínua do contrato.

2. CANAIS DE ATENDIMENTO

2.1. A CONTRATADA deverá garantir, durante toda a vigência contratual, canais eficazes para abertura e acompanhamento de chamados, acessíveis em dias úteis das 8h às 18h, compreendendo obrigatoriamente:

2.1.1. E-mail de Suporte: Endereço eletrônico oficial para registro formal das solicitações;

2.1.2. Help Desk/Telefone ou Portal Web: Meio para interação direta e acompanhamento das demandas.

3. INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO

3.1. Para mensuração da qualidade do serviço, fica estabelecido o indicador de Tempo de Solução de Chamados, definido conforme a tabela abaixo:

Indicador	Descrição	Meta/Prazo Máximo
Resposta Inicial a Chamados	Intervalo entre a abertura do chamado e o primeiro contato da equipe de suporte da CONTRATADA.	Até 8 (oito) horas úteis
Solução de Chamados Não Críticos	Tempo para solução definitiva de ocorrências gerais (consultas, dúvidas técnicas, problemas não impeditivos) a partir da abertura.	Até 48 (quarenta e oito) horas úteis
Solução de Chamados Críticos	Tempo para solução definitiva de ocorrências impeditivas ao uso em sistemas judiciais/essenciais, a partir da abertura do chamado.	Até 16 (dezesseis) horas corridas

Reposição de Token com Defeito	Intervalo da notificação de problema à entrega do novo token funcional, já com certificado associado e ativado.	Até 15 (quinze) dias corridos
Disponibilidade do Sistema Online	Percentual de tempo em que o sistema de controle, agendamento e acompanhamento das emissões se mantém operacional (24x7).	99,5% ao mês
Relatórios Mensais	Entrega do relatório consolidado de emissões, descartes, chamados e status do contrato.	Até 5º dia útil do mês subsequente
Comprovante de Descarte Sustentável	Prazo para fornecimento de documentação de destinação ambientalmente correta dos tokens descartados.	Até 30 (trinta) dias da substituição

4. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E CONTAGEM DE PRAZOS

4.1. O prazo de atendimento ou solução inicia-se (Dia 0) no exato momento do registro oficial da solicitação pela CONTRATANTE em qualquer dos canais previstos.

4.2. Para o cumprimento dos prazos pactuados neste SLA, entende-se por solução:

4.2.1. Resposta técnica conclusiva;

4.2.2. Restabelecimento integral das funcionalidades do certificado digital/token;

4.2.3. Substituição, quando necessária, por novo dispositivo operacional e em conformidade com o padrão ICP-Brasil.

4.3. A contagem dos prazos pode ser suspensa ("congelada") exclusivamente nas seguintes situações:

4.3.1. Caso haja pendência de ação exclusiva da CONTRATANTE (ex: validação de nota fiscal, liberação de acesso à rede interna);

4.3.2. Por motivos de força maior, justificados e comprovados documentalmente por ambas as partes.

5. DESCUMPRIMENTO E SANÇÕES

5.1. O descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste ANEXO implicará a aplicação de glosa proporcional ao valor da contratação, sem prejuízo de advertências, multas

moratórias/compensatórias e demais sanções previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

5.2. Cada chamado, entrega ou obrigação realizada fora dos prazos/métricas previstos neste Anexo sujeitará a CONTRATADA às penalidades a seguir, cumulativas quando cabível:

5.2.1. Glosa na fatura: Desconto de até 1% do valor do contrato por indicador descumprido, por evento.

5.2.2. Multa moratória: 0,5% ao dia sobre o valor da unidade/lote afetado, limitado a 20% do total contratado.

5.2.3. Advertência: Após 3 (três) reincidências por indicador, no mesmo mês.

5.2.4. Suspensão de pagamento e rescisão: Para descumprimento reiterado, indisponibilidade superior a 48 (quarenta e oito) horas consecutivas, ou falha na entrega/descarga de tokens certificados essenciais.

5.3. A reincidência no descumprimento de SLAs por três ou mais meses consecutivos poderá ensejar rescisão contratual por justa causa, a critério do MPAL, com abertura de novo certame.

6. BASE DE CONHECIMENTO (AUTOATENDIMENTO)

6.1. O fiscal do contrato poderá solicitar, a qualquer tempo, relatórios de controle, histórico de chamados, registros de atendimento e documentos ambientais dos descartes realizados, para fins de verificação das SLAs e auditoria contratual.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ANEXO III
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS E _____, PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF).

CONTRATANTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**, CNPJ nº 12.472.734/0001-54, com sede na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, na cidade de Maceió-AL, CEP 57025-400, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, (nome do representante), CPF nº.....

CONTRATADO(A): **(nome em negrito e caixa alta)**, CNPJ nº....., com sede (endereço completo), doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, representado(a) por seu(sua) (cargo do representante), (nome do representante), CPF nº.....

Tendo em vista o que consta no Expediente nº …….. e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ……../……, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a emissão de 300 (trezentos) certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, cuja geração e armazenamento seja em token USB novo, lacrado, homologado pela ICP-Brasil, inclusos a emissão, validação (presencial ou remota), entrega, suporte técnico, reposição em caso de defeito e demais obrigações, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSERV	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Certificado digital para pessoa física (e-CPF) com		Unidade	300		

	token					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. No entanto, na hipótese do item 2.2, e após o interregno de um ano, condicionado à solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, desde que seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato.

7.2.1. A formalização do aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar os responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 2% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

i. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5.% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,

para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA – 2024 – 2027, no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO – 00259 – Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Consultoria Jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Maceió-AL, …… de …… de ……..

Pela **CONTRATANTE:** Pela **CONTRATADA:**

TESTEMUNHAS:

Anexo 2

Descrição do Arquivo: **Publicações**

Data de Criação: **28/09/2026 10:28:51**

Edital nº 50/2026

Última atualização 24/09/2026

Acessar Contratação Acessar Processo Eletrônico

Órgão/Entidade: 12.472.734/0001-52 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS

Unidade compradora: 453791 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS **Localidade da Unidade:** Maceió/AL

Órgão/Entidade sub-rogado: não informado **Unidade compradora sub-rogada:** não informada

Localidade da Unidade sub-rogada: não informada

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Estadual

Data de divulgação no PNCP: 24/09/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 25/09/2026 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 14/10/2026 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 12472734000152-1-000048/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 102.990,00	R$ 0,00

Itens Arquivos Atas de Registro de Preço Contratos/Empenhos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	Emissão de certificado digital a3, com token pessoa jurídica Emissão de certificado digital a3, com token pessoa jurídica	300	R$ 343,30

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Coordenador de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026
GED Nº 20.08.1330.0000279/2026-37

OBJETO: Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
ABERTURA: 14/10/2026 às 09:00 no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
UASG: 453791
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 50/2026
INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se disponível em www.gov.br/pncp.

Maceió, 24 de setembro de 2026.
FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA
Coordenador de Licitações

Promotorias de Justiça

Atos diversos

20ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Estadual

RESENHA

A 20ª Promotoria de Justiça da Capital, nos termos do art. 10, §1º, da Resolução 23, de 17.09.2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, cientifica o interessado acerca da adoção de providências no Processo Número MP: 01.2026.00004496-4. Interessado: anônimo. Assunto: requerimento de providências. Decisão: Ante o exposto, considerando a falta de manifestação do interessado para complementar as informações do requerimento, determino o arquivamento do presente procedimento com base no artigo 4º, inciso III, da Resolução Nº 174/2017 do CNMP. Intime-se. Após o procedimento de praxe, arquive-se. Maceió, 05 de setembro de 2026.

Assinado digitalmente
Flávio Gomes da Costa Neto
Promotor de Justiça

Portarias

MP n.º 09.2026.00001462-6
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIÇOSA
PORTARIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
Objeto: Acompanhar a implantação e o efetivo funcionamento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Viçosa.
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio da Promotoria de Justiça de Viçosa, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,
CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal e os arts. 4º e 19 da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram, com absoluta prioridade, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária;
CONSIDERANDO que o art. 34, § 1º, do ECA estabelece expressamente que a inclusão de criança ou adolescente em programa de acolhimento familiar terá preferência sobre o acolhimento institucional, observado o caráter temporário e excepcional da medida, e que o acolhimento familiar constitui medida protetiva prevista no art. 101, VIII, do Estatuto;
CONSIDERANDO a Resolução CNMP nº 293/2024, que disciplina a atuação do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária e estabelece a fiscalização dos serviços de acolhimento familiar e institucional, observados os parâmetros do ECA e das Orientações Técnicas nacionais;
CONSIDERANDO a Recomendação Conjunta CNJ/CNMP nº 2/2024, que orienta a atuação coordenada dos Municípios, Poder

MUNICÍPIO DE CACIMBINHAS
AVISO DE EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 01/2026 - SMAS

O Município de Cacimbinhas/AL, através da Secretaria Municipal de Assistência Social torna público o Edital de: Credenciamento nº 01/2026, cujo objeto consiste no cadastramento de instituições reconhecidas como Organizações da Sociedade Civil (OSC), com vistas a possíveis e futuras parcerias na área da assistência social. – Edital e Informações: No Portal da Transparência do Município, pessoalmente na sede da Prefeitura, localizada na Praça 19 de setembro, 101, Centro, Cacimbinhas/AL, CEP: 57.570-000, das 08:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: assistenciasocial@cacimbinhas.al.gov.br

PAULLYANA APARECIDA MONTEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública 11/2026
Processo Nº 0500.010331.2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviço de publicidade para realização de atividades integradas que possibilite o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e na distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Edital, Lei Federal n. 12.232/2010, com complemento da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, combinado com a Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei n º 4.680/65 e Decreto Federal nº 57.690/66.
O procedimento licitatório se dará, excepcionalmente, na forma presencial, com a apresentação das propostas técnica, de preço e dos documentos de habilitação de forma física, levando em consideração que a manutenção da forma presencial, com apresentação das propostas técnica, de preço e documentos de habilitação justifica-se pela exigência legal quanto à garantia do sigilo na não identificação dos licitantes no Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, na forma do disposto no artigo 6º, inciso IV da Lei Federal n. 12.232/2010. Conforme justificativas no edital.
Critério de Julgamento: Técnica e Preço
Data: 19 de novembro de 2026
Horário: 09:00HS (Horário de Brasília/DF)
E-MAIL: **cpl@delmirogouveia.al.gov.br**
Fechado/Aberto)
Comissão Técnica será composta pelos seguintes membros titulares:
I – **José Welinton dos Santos Rocha,** Radialista, inscrito no CPF nº ###.760.3##-##;
II – **José Ferreira dos Santos,** Assessor de Imprensa, inscrito no CPF nº ###.329.3##-##;
III – **Alexandre Nelio de Carvalho Broca,** Jornalista, inscrito no CPF nº ###.978.1##-##.
Art. 3º Ficam designados como membros suplentes da Subcomissão Técnica:
I – **Pablo Vitor Anjos Sarafim**, Radialista, inscrito no CPF nº ###.929.0##-##;
II – **José Gilson Feitosa, Radialista,** inscrito no CPF nº ###.645.7##-##;
III – **Adalberto Gomes Correia, Radialista**, inscrito no CPF nº ###.623.8##-##.
Agente de Contratação: Elaine Caroline Rodrigues Martins
Matrícula N.º 4712

Rosangella Freire R. M. Costa
Secretária Municipal de Administração
Decreto Nº 012/2025 de 10/01/2025

MUNICÍPIO DE PENEDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
Processo Administrativo nº 2025.26111600853.PROCADM.PMP

O MUNICÍPIO DE PENEDO, ESTADO DE ALAGOAS, através de seu Pregoeiro, torna público o Edital do Pregão Eletrônico Nº 26/2026 fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO E CORTINAS DE AR, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DEPENDÊNCIAS DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Os interessados poderão obter o Edital no Portal da Transparência do Município de Penedo e no Portal de Licitações da Bolsa Nacional de Compras (BNC) **www.bnc.org.br** e no PNCP. Data da disputa: 15 de outubro de 2026, às 09 horas, Linda Gleicy – Pregoeira.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

GED Nº 20.08.1353.0000244/2026-55 OBJETO: Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. ABERTURA: 13/10/2026 às 09:00 no endereço eletrônico www.gov.br/compras. UASG: 453791. NÚMERO DA LICITAÇÃO: 49/2026 INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se disponível em www.gov.br/pncp. Maceió, 24 de setembro de 2026. FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA. Coordenador de Licitações

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026

GED Nº 20.08.1330.0000279/2026-37 OBJETO: Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. ABERTURA: 14/10/2026 às 09:00 no endereço eletrônico www.gov.br/compras. UASG: 453791 NÚMERO DA LICITAÇÃO: 50/2026. INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se disponível em www.gov.br/pncp. Maceió, 24 de setembro de 2026. FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA. Coordenador de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU/AL
AVISO DE REABERTURA PRAZO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026-SRP Tipo: Menor Preço – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIÊNTES Data/Horário: 13 de outubro de 2026 às 09:00hs (nove horas – horário de Brasília). Os editais encontram-se disponível no site http07/www.bnc.org.br, https://piacabucu.al.gov.br/, na Sede da Secretaria Municipal de Compras, Convênios e Licitações, sediado na Praça São Francisco de Borja, s/n, Centro, Piaçabuçu/AL, das 08 às 14 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail Licipmp@gmail.com. Piaçabuçu/AL, 24 de setembro de 2026. Bruno Alexandro André do Nascimento. Pregoeiro

MUNICÍPIO DE CACIMBINHAS
TERMO DE REVOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Cacimbinhas/AL, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o pedido de descredenciamento apresentado pela empresa MULTIPLUS SERVIÇOS MÉDICOS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 35.041.147/0001-04 para o Edital de Credenciamento nº 01/2025;
CONSIDERANDO a manifestação da Comissão de Contratação constante nos autos em epígrafe;
CONSIDERANDO que houve apenas uma interessada no credenciamento;
CONSIDERANDO a necessidade de revisão do objeto;
CONSIDERANDO a aprovação deste Gestor acerca do Pedido de Descredenciamento, SEM aplicação de sanção;
DECIDO:
i. ACOLHER o pedido de desistência da MULTIPLUS SERVIÇOS MÉDICOS E CONSULTORIA LTDA quanto ao Contrato nº CR01/2025-1, dispensando a respectiva assinatura, sem aplicação de penalidade;
ii. DETERMINAR o descredenciamento da MULTIPLUS SERVIÇOS MÉDICOS E CONSULTORIA LTDA no âmbito do Credenciamento nº 001/2025, com fundamento no item 13.2, alíneas 'a' e 'e', do Edital, combinado com o art. 71, §2º e §4º, da Lei nº 14.133/2021;
iii. REVOGAR o presente certame com fundamento no item 13.1 do Edital, combinado com o art. 71, §2º e §4º, da Lei nº 14.133/2021;

Cacimbinhas/AL, 24 de setembro de 2026.
WLADIMIR ARAÚJO WANDERLEY
Prefeito

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 13/2026
Processo Administrativo nº: 65/2026
Data e horário da sessão pública: 08/10/2026 às 08:00 horas.
Edital e anexos disponível em: https://bnc.org.br, https://jacuipe.al.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
O Município de Jacuípe/AL, por intermédio do Setor de Licitações, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/21, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de material esportivo.
Pregão Eletrônico nº: 14/2026
Processo Administrativo nº: 66/2026
Data e horário da sessão pública: 08/10/2026 às 11:00 horas.
Edital e anexos disponível em: https://bnc.org.br, https://jacuipe.al.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
O Município de Jacuípe/AL, por intermédio do Setor de Licitações, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/21, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus para a frota municipal.

Tiago Feitosa da Silva
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 – PROCESSO Nº 07220014/2026

A Prefeitura Municipal de Piranhas/AL, por meio de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a sessão pública da licitação em epígrafe, designada para 21/09/2026, às 10h00, não foi realizada em razão de impedimento superveniente do Agente de Contratação por motivo de saúde. Fica, assim, designada nova data para sua realização.
Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para execução da obra de revitalização da infraestrutura do Parque Ecológico Pedra do Sino, compreendendo a reforma da edificação existente, a recuperação da estrada de acesso, a implantação de estacionamento, a qualificação da entrada da trilha com pórtico e a instalação de mobiliários urbanos, no Município de Piranhas/AL.
Valor estimado: R$ 855.079,52.
Nova data: 29 de setembro de 2026, às 10h00 (horário de Brasília), com recebimento de propostas até esse horário.
Local: Plataforma LICITANET – **https://www.licitanet.com.br/**.
As propostas já cadastradas na plataforma permanecem válidas, facultada aos licitantes sua retirada ou substituição até a abertura da sessão. Permanecem inalteradas as demais condições do edital, que está disponível, com seus anexos, no PNCP, na Plataforma Licitanet.
Informações: **licitacoes@piranhas.al.gov.br**.
Piranhas/AL, 23 de setembro de 2026.
José Ferreira de Lima Neto
Agente de Contratação

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026 – PROCESSO Nº 09010050/2026

A Prefeitura Municipal de Piranhas/AL, por meio de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, a alteração da data de abertura da sessão pública da licitação em epígrafe, anteriormente designada para 28/09/2026, às 10h00, em virtude do feriado municipal alusivo ao Dia da Resistência Piranhense, instituído pela Decreto Municipal nº 02 de janeiro de 2026, data em que não haverá expediente na Administração Municipal.
Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução das obras de construção de quadras poliesportivas escolares no Município de Piranhas/AL.
Valor estimado: R$ 963.815,81.
Nova data: 29 de setembro de 2026, às 11h00 (horário de Brasília), com recebimento de propostas até esse horário.
Local: Plataforma LICITANET – **https://www.licitanet.com.br/**.
As propostas já cadastradas na plataforma permanecem válidas, facultada aos licitantes sua retirada ou substituição até a abertura da sessão. Permanecem inalteradas as demais condições do edital, que está disponível, com seus anexos, no PNCP, na Plataforma Licitanet.
Informações: **licitacoes@piranhas.al.gov.br**.
Piranhas/AL, 23 de setembro de 2026.
José Ferreira de Lima Neto
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026.

OBJETO: Solução integrada para implantação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede, do tipo on-grid, para atender às necessidades do Município de Matriz de Camaragibe/AL, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Data: 09 de outubro de 2026 às 10h00m. (horário local). O edital encontra-se a disposição dos interessados através do site http://www.bnc.org.br Dúvidas através do e-mail licitacoesmatrizdecamaragibe@gmail.com.
Fernando Lima Henrique Lima Cavalcante
Prefeito.

AVISOS DE LICITAÇÃO PE Nº 16/2026

OBJETO: SRP – Manutenção de Veículos destinados ao Transporte Escolar. data/horário: 09 de outubro de 2026, às 10:30hs . A licitação ocorrerá na Plataforma BNC. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados, e através do email cplmonteiropolis@gmail.com. e no site do www.monteiropolis.al.gov.br.
Monteirópolis AL, 25 de setembro de 2026.
Isaque Silva Melo
Agente de Contratação

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO

A DPE/AL (UASG: 457697) torna pública a realização da seguinte licitação:
Pregão Eletrônico n° 56/2026 - Objeto: registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas e acessórios - Data e Horário da sessão pública: 16 de outubro de 2026 às 08:00 horas. O edital pode ser consultado gratuitamente no sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**, maiores informações através do e-mail **cpl@al.def.br**
Maceió/AL, 24 de setembro de 2026
Meliana Moreira Martin
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM GOMES
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Joaquim Gomes, através da CPL, avisa que realizará licitação na MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026 – com inversão de fases. Data da Abertura da sessão: **10 de outubro de 2026 - Horário: 08:00 horas (horário de Brasília/DF); Data de Disputa de Lances: 10 de outubro de 2026 - Horário: 08:05 horas (horário de Brasília/DF)**. Tipo: menor preço global. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA A CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO E SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DA COMUNIDADE INDÍGENA WASSU COCAL.** Os interessados poderão retirar o Edital na sede Administrativa da Prefeitura e através do portal http://www.joaquimgomes.al.gov.br, através do sistema BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br). Dúvidas através do e-mail comissaodecontratacaojg@gmail.com
Joaquim Gomes (AL), 23 de setembro de 2026.

Rita de Cássia Cavalcante Andrade de Morais
Prefeita

Walter S. V. de Carvalho
Pregoeiro – Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico n.º: 14/2026
Processo Administrativo nº: 07270004/2026
Tipo: Menor preço por item;
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de informática visando atender as necessidades do município de Olivença/AL.
Data de realização: 08 de outubro de 2026 às 10h00min (horário local).
O Edital encontra-se disponível no site http://www.bnc.org.br, http://www.https://transparencia.olivenca.al.gov.br/licitacao, na sede da CPL, situada na Rua Vereador Félix da Silva, nº 54, Centro, Olivença/AL, CEP: 57.550-000, das 08:00 às 14:00 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail cpl@olivenca.al.gov.br.

Olivença/AL, 24 de setembro de 2026.
Douglas Silva Sobrinho
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA/AL
AVISOS DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 22/2026 Processo Administrativo nº 07230015/2026
Tipo: Menor preço por lote Disponibilidade: www.licitanet.com.br Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos, dispositivos móveis, suprimentos e acessórios de informática, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no Termo de Referência e demais documentos anexos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias de Administração, Planejamento e Finanças, Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Cultura da Prefeitura Municipal de Pariconha – AL. Data de realização: 22 de outubro de 2026, às 08h30. Informações: licitacaopariconhaal@gmail.com.

Pregão Eletrônico nº 24/2026 Processo Administrativo nº 08310012/2026
Tipo: Menor preço por lote Disponibilidade: www.licitanet.com.br Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais, equipamentos e acessórios esportivos, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura, Turismo, Esporte, Juventude, Comunicação e Lazer, bem como suas respectivas Unidades Municipais, garantindo suporte às práticas esportivas, programas sociais, atividades escolares, ações de saúde e eventos culturais e comunitários. Data de realização: 21 de outubro de 2026, às 08h30. Informações: licitacaopariconhaal@gmail.com. José Ferreira de Lima Neto. Agente de Contratação

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SETRAND/AL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 926666 – 23/2026 CPL/AL – Turma 1
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E:05501.0000003882/2026

O **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS – DER/AL**, por meio da Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas – CPL/AL, comunica às empresas interessadas que fará **realizar às 10:00 horas do dia 10 de novembro de 2026**, em sessão pública, a Concorrência Eletrônica nº 926666 – 23/2026 CPL/AL, adotando o critério de julgamento do tipo menor preço, com o modo de disputa aberto, realizada em um único item, tendo como objeto a contratação de empresa de engenharia especializada para a **execução das obras de implantação e pavimentação da rodovia de ligação (Vicinal Classe III), correspondente ao trecho que se inicia na Rodovia BR-101 (coordenadas N 89191,329; E 821092,486), no Município de São Miguel dos Campos, seguindo na direção noroeste até o Município de Boca da Mata (coordenadas N 8933150,886; E 807998,227), com extensão total de 20,60 km**, em conformidade com as condições, quantidades e exigências e especificações técnicas que integram o Edital. A sessão pública será realizada eletronicamente no Portal de Compras do Governo Federal – **http://www.comprasnet.gov.br**, no dia e horário marcados. A presente licitação e a contratação dela decorrente têm fundamento legal na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Estadual 95.735, de 22 de fevereiro de 2024. A abertura da sessão da presente licitação e a apresentação da Proposta ou dos documentos de Habilitação, quando for o caso, deverá obedecer ao horário e data supramencionados. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal – **http://www.comprasnet.gov.br**, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como, no sistema SEI/AL - **https://sei.al.gov.br**, podendo ser solicitado por meio do endereço eletrônico: **cpl@setrand.al.gov.br**. Informações adicionais pelo telefone (82) 98802-3586.
Maceió (AL), 24 de setembro de 2026.
JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO GAMA ALBUQUERQUE
Coordenador Geral de Licitações e Contratos Administrativos
Presidente da CPL/AL

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Portal TRIBUNAHOJE.com
PUBLICIDADE LEGAL É COM A GENTE.
Solicite seu orçamento pelo e-mail:
comercial.tribunaindependente@gmail.com
Único jornal Standard de circulação diária no Estado de Alagoas



19 Anos
JORGRAF
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E TRABALHO DOS JORNALISTAS E GRÁFICOS DO ESTADO DE ALAGOAS

COOPERATIVISMO EM PROL DO JORNALISMO COM CREDIBILIDADE

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE | TRIBUNA HOJE.com | TRIBUNA HOJE TV | TRIBUNA POD | GRÁFICA TRIBUNA

JORNAL | PORTAL DE NOTÍCIAS | TV | PODCAST | GRÁFICA

WWW.TRIBUNAHOJE.COM

@TRIBUNAHOJE_ @TRIBUNA_HOJE /TRIBUNAHOJE /PORTALTRIBUNA

ASSINADO POR
COOPERATIVA DE PRODUCA
E TRA - PJ
CNPJ 08951056000133
ACT-Safeweb 24/09/2026 22:19:30

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**28/09/2026 12:00:55**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Ato nº 63/2020, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas**

Com o intuito de atender as exigências do Art. 2º do Ato nº 63/2020, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, foram encaminhados os documentos relacionados no Anexo II daquele Ato, conforme protocolo em anexo.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 28/09/2026 12:00:55, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Protocolo**

Data de Criação: **28/09/2026 12:00:55**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

TERMO DE CADASTRAMENTO DE PROTOCOLO

Segunda, 28 de Setembro de 2026

Unidade Gestora: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Orgão de Origem:

Cadastrante: FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA

A Unidade Gestora MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CNPJ 12472734000152, realizou o cadastramento do protocolo de LICITAÇÃO/CONTRATOS/CONVÊNIOS/CONGÊNERES/CONSULTA - AQUISIÇÃO DE BENS / SERVIÇOS / FASE INTERNA de número 017296/2026. O cadastramento foi realizado pelo(a) FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA, CPF 06599722474, no dia 28/09/2026 às 11:59 horas.

Número do
Edital:
50/2026.

• OFÍCIO

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• AUDIÊNCIA PÚBLICA - ART. 39 DA LEI Nº 8.666/1993, QUANDO FOR O CASO;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO OU DO RESPONSÁVEL PELO CONVITE;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de

Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• EDITAL E MINUTA DO CONTRATO;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• PUBLICAÇÃO DO EDITAL.

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO, COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS DE EXECUÇÃO PERTINENTES AO OBJETO DA LICITAÇÃO, QUANDO FOR O CASO;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• AUTORIZAÇÃO DO CERTAME PELO GESTOR/AUTORIDADE COMPETENTE;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• PARECER JURÍDICO

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS; QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não

recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INFORMATIVO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA; DISPONIBILIDADE FINANCEIRA;

Atenção:

Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.